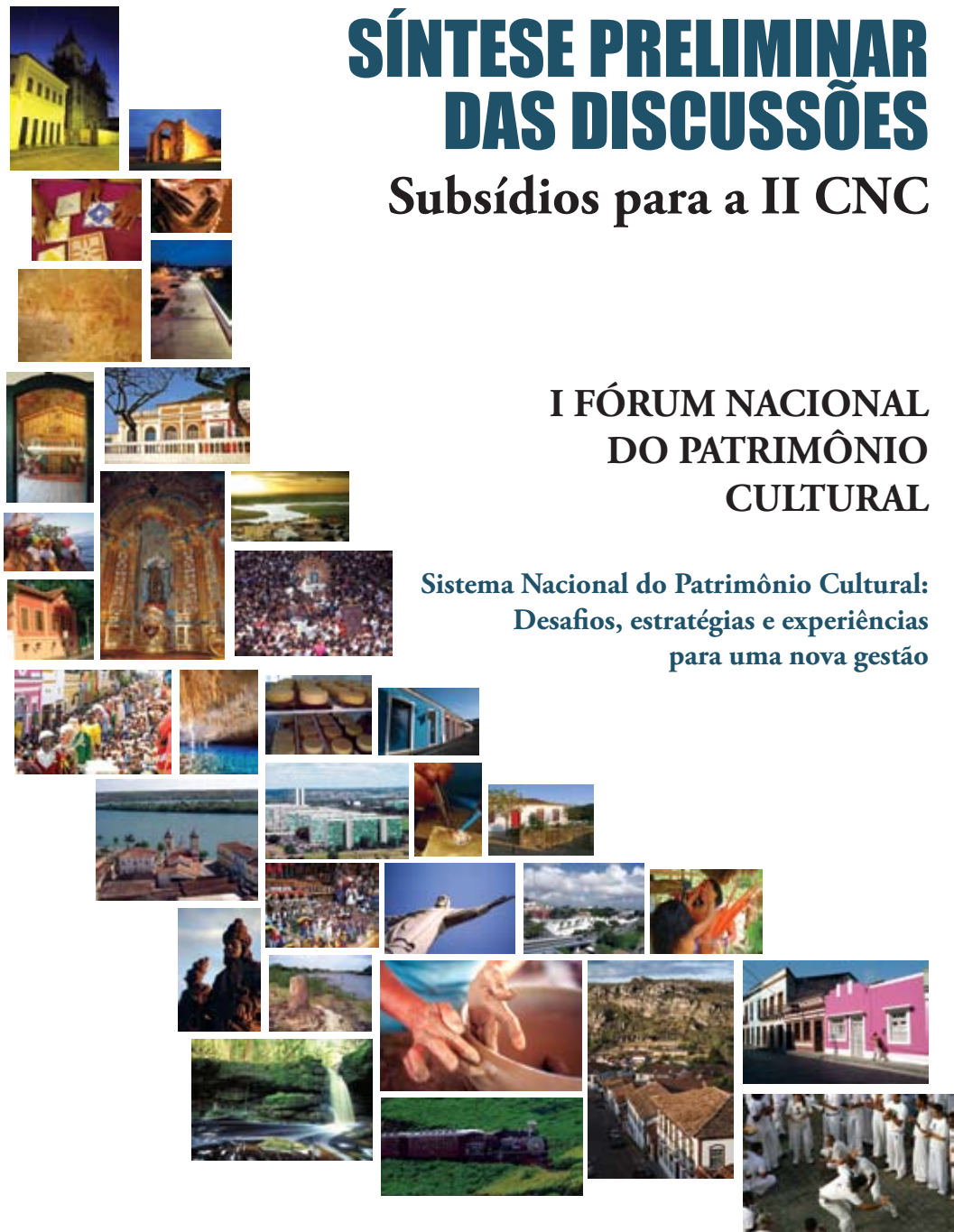


SÍNTESE PRELIMINAR DAS DISCUSSÕES

Subsídios para a II CNC

I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Sistema Nacional do Patrimônio Cultural:
Desafios, estratégias e experiências
para uma nova gestão



SÍNTESE PRELIMINAR DAS DISCUSSÕES

Subsídios para a II CNC

I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Sistema Nacional do Patrimônio Cultural:
Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão

Ouro Preto, 13 a 16 de dezembro de 2009



Ministério
da Cultura



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CULTURA

João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira)

PRESIDENTE DO IPHAN

Luiz Fernando de Almeida

PROCURADOR-CHEFE DO IPHAN

Antônio Fernando Neri

DIRETORA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Maria Emília Nascimento Santos

DIRETOR DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO

Dalmo Vieira Filho

DIRETORA DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Marcia Sant'Anna

DIRETORA DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO

Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO NACIONAL

Weber Sutti (Assessor da Presidência – Iphan)

Marcelo Brito (Assessor de Relações Internacionais – Iphan)

Honório Nicholls Pereira (Consultor – Iphan)

Maria Clara Migliacio (Depam/Iphan)

Wivian Diniz (Depam/Iphan)

Sônia Rampim Florêncio (DAF/Iphan)

Carlos Fernando Delphim (Depam/Iphan)

Érica Diogo (Depam/Iphan)

José Rodrigues Cavalcanti Neto (Depam/Iphan)

Juliana Ferreira Sorgine (DAF/Iphan)

Claudia Feierabend Baeta Leal (DAF/Iphan)

Yole Milani Medeiros (Depam/Iphan)

SISTEMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

E-mail: sistema.nacional@iphan.gov.br

- 04** Introdução
- 06** SNPC - Instrumentos e formas de financiamentos
Sessões temáticas 01 e 05
- 10** SNPC - Cooperação, Compartilhamento e Definição de Papéis
Sessões temáticas 02 e 06
- 14** SNPC - Regulação e Marcos Legais
Sessões temáticas 03 e 07
- 18** SNPC - Estrutura e Formas de Funcionamento
Sessões temáticas 04 e 08
- 22** Patrimônio Arqueológico
Mesas redondas 01 e 11
- 30** Bens Móveis e Integrados
Mesas redondas 02 e 12
- 40** Educação Patrimonial
Mesas redondas 03 e 13
- 46** Paisagem Cultural e Patrimônio Natural
Mesas redondas 04 e 14
- 52** Patrimônio Edificado
Mesas redondas 05 e 15
- 56** Patrimônio Ferroviário
Mesas redondas 06 e 16
- 62** Patrimônio Imaterial
Mesas redondas 07 e 17
- 66** Capacitação e Gestão
Mesas redondas 08 e 18
- 72** Pesquisa, Documentação e Informação
Mesas redondas 09 e 19
- 78** Sítios Urbanos
Sessões temáticas 10 e 20

Este Relatório contém informações gerais sobre o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (FNPC) e sobre o conteúdo dos relatórios apresentados na Plenária Final do evento. O objetivo do trabalho é disponibilizar, para consulta pública, os conteúdos desses relatórios e os resultados das primeiras análises sobre a realização do FNPC pelo Iphan.

Desde 2007 o Iphan vem empreendendo esforços para a construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), coordenando a realização de diversas ações na área de gestão do patrimônio cultural, tais como: reorganização da Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH); pactuação do apoio do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura (FNSDEC) para a criação do SNPC. criação do Grupo de Trabalho do Patrimônio (GT Patrimônio), reunindo Iphan e órgãos estaduais do patrimônio; realização da I Oficina de Patrimônio; elaboração do quadro do patrimônio nos Estados; realização de oficinas regionais para discutir o quadro do patrimônio e a construção do SNPC; participação nos seminários para estruturação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), dentro do subsistema patrimônio cultural; participação na organização da II Conferência Nacional de Cultura (CNC), coordenando a área de comunicações e eventos. e elaboração dos Planos de Ação para Cidades Históricas.

Como parte do processo de construção do SNPC, o Iphan realizou, em parceria com a ABCH e o FNSDEC, o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (FNPC) na cidade de Ouro Preto, entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2009. O objetivo do Fórum é a discussão, reflexão, construção e avaliação conjunta da Política Nacional de Patrimônio Cultural (PNPC). Espera-se que o FNPC se torne um evento bienal e que seja sempre realizado no município que preside a ABCH.

O evento contou com a participação de pessoas ligadas à preservação do patrimônio cultural e ao desenvolvimento social: gestores, pesquisadores, profissionais, estudantes, representantes de entidades e instituições atuantes nas áreas de gestão pública e patrimônio cultural.

O Fórum também ofereceu espaços e momentos para a realização de importantes reflexões e discussões públicas, como a palestra sobre a II Conferência Nacional da Cultura (CNC) e o Fórum da ABCH.

Particularmente em relação ao Fórum da ABCH, ressaltamos a aprovação do seu Estatuto e a recondução de Angelo Oswaldo (Prefeito de Ouro Preto) como Presidente da ABCH, diante de expressivo comparecimento de representantes municipais.

Na Plenária Final do Fórum, realizada no dia 16 de dezembro, foram apresentados, discutidos e aprovados os Relatórios Finais das Sessões Temáticas e das Mesas Redondas. Apresentamos, a seguir, o texto completo dos relatórios apresentados nas sessões e mesas.

SESSÕES TEMÁTICAS 01 e 05

SNPC - Instrumentos e formas de financiamentos

Coordenadora: Maria Emília (Diretora – DPA/Iphan)

Relatora: Letizia Vitale (Consultora Iphan)

COMUNICAÇÕES

SESSÃO 01 (14/12/2009)

Carlos Henrique Rangel (Diretor de Promoção – IEPHA/MG) – *ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais.*

Ericka Rocha (Fundarpe) – A experiência de Pernambuco.

Simone Camelo Araújo (Coordenadora - UEP Natividade/TO) – *Desafios dos fundos municipais.*

Luiz Fernando Mainardi (ex-prefeito de Bagé – RS) – *O poder público municipal e as leis de incentivo.*

SESSÃO 05 (15/12/2009)

Evaristo Nunes (Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – MinC) – *Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura.*

Tenente Coronel José Cláudio (Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército) - *Programa Mecenas.*

Luciane Gorgulho (BNDES) – *O BNDES Cultural.*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Análise dos dados / informações dos anos anteriores para poder alterar rumos e identificar diretrizes de planejamentos futuros.
- b. Possibilidades de reversão das desproporcionalidades de investimentos regionais.
- c. Estruturar um inventário visando à construção de um diagnóstico que oriente a aplicação adequada dos recursos.
- d. Estruturar sistema de avaliação e acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros.
- e. Qualificação na formulação dos editais elaborados pelos patrocinadores para apresentação de projetos.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Regulamentação do sistema de financiamento que reflete uma inadequada relação entre recursos investidos e demandas locais. Não perder de vistas as realidades e exigências dos contextos locais.
- b. Qualificação dos gestores para responder as exigências da implementação do sistema nacional de patrimônio. Especificamente capacitação das estruturas administrativas locais visando à integração operacional aos mecanismos de financiamentos nacionais.
- c. Capacitação das entidades/instituições de forma a disponibilizar ferramentas adequadas qualificando o acesso aos fundos e recursos disponíveis.
- d. Constituir um marco legal regulamentador do instrumento de planejamento Plano de Ação – em implementação – relacionado a um sistema financeiro de modo a formatar um desenho definitivo de política nacional.
- e. Articulações e integração dos espaços de discussões/ deliberação/ conselhos etc. nas três esferas governamentais.
- f. Definição dos papéis no sistema de financiamento. Quem faz o que, onde, para quem, etc.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Preexistências de uma rede de relações com bancos, instituições e órgãos federais.
- b. Existência dos Planos de ação como instrumentos integrados de várias esferas governamentais.
- c. Receber percentuais sobre os lucros bancários, taxas de loteria, etc.

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Abertura do BNDES para incorporar os Planos de Ação como critério na distribuição dos recursos.
- b. Processo em andamento da discussão do projeto de lei (PROFIC) hoje na câmara.
- c. Aproveitamento das experiências bem sucedidas de uso dos impostos vinculados à preservação do patrimônio visando à definição de diretrizes nacionais.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. BNDES, Petrobrás , companhias elétricas, etc.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. BNDES.
- b. Patrimônio na pauta política: sensibilização e articulação com os deputados, parlamentares.
- c. Ministério Público, CREAs e IAB.
- d. IEPHA e Fundarpe.

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Potencializar e qualificar os procedimentos de financiamentos.
- b. Levantamento de todos os fundos estaduais ativos, verificando as possibilidades de articulação ou o diálogo comum sistema nacional.
- c. Viabilizar o mapeamento nacional e avaliação do uso dos recursos financeiros.
- d. Potencialização das experiências de estruturação de sistemas municipais de direcionamento dos impostos para preservação do patrimônio.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Realização de módulos de capacitações regionais para os municípios e o setor não governamental a partir das necessidades levantadas.
- b. Capacitação específica para formulação de projetos de preservação em um sentido amplo.
- c. Conscientização voltada à um público amplo da sociedade civil sobre o “valor ” do patrimônio cultural.
- d. Criação do Fundo Nacional do Patrimônio.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Trabalhar para que possam ser priorizados as ações do PACH e nos critérios do Fundo.
- b. Estruturar marco legal e financeiro do PACH.

SESSÕES TEMÁTICAS 02 e 06

SNPC - Cooperação, Compartilhamento e Definição de Papéis

Coordenador: Honório Nicholls Pereira (Consultor Iphan)

Relatora: Monica Cristina de Souza Silva (Consultora Iphan)

COMUNICAÇÕES

SESSÃO 02 (14/12/2009)

Jussara Carpes (Vereadora por Bagé/RS) – *Frente de Vereadores em Defesa do Patrimônio Cultural.*

Marcelo Brito (Assessor de Relações Internacionais – Iphan) – *O patrimônio cultural e o contexto internacional.*

Leonardo Barci Castriota (EAUFMG) – *Desafios do compartilhamento de competências.*

SESSÃO 06 (15/12/2009)

Rosina Coeli Alice Parchen (Presidente – ICOMOS Brasil) – *Atuação do ICOMOS na preservação do patrimônio cultural: experiências e desafios.*

Frederico A. R. Mendonça (Diretor Geral – IPAC/BA) – *A experiência do ETELF-BA e os desafios da gestão integrada.*

Juliana Cunha Barreto (CECI/UFPE) – *O papel da sociedade civil: a experiência da SODECA.*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Construir um conceito de gestão compartilhada juntamente com as instituições envolvidas para elaboração de instrumentos de gestão compatíveis.
- b. Superar o sobreamento de competências das instituições e a existência de legislações conflituosas no mesmo território a partir da definição clara de papéis e responsabilidades para uma atuação compartilhada.
- c. Formular uma política nacional que considere a ampliação do conceito de patrimônio cultural com suas diversas temáticas.
- d. Promover a articulação entre o executivo e o legislativo nas instancias municipais.
- e. Promover a consolidação das legislações de patrimônio existentes nos municípios.
- f. Fortalecer o conhecimento dos gestores locais na área de patrimônio histórico promovendo a identificação de potencialidades locais.
- g. Superar a variação das relações institucionais de acordo com as relações políticas vigentes.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Implementar instrumentos de planejamento e orçamento vigentes para estruturar o SNP superando a fragmentação e multiplicidade de instrumentos.
- b. Incorporar e institucionalizar a participação de novos atores – sociedade civil, ONGs e Associações científicas - no processo de implementação do SNP.
- c. Incorporar a participação de conselhos municipais existentes.
- d. Promover a criação de conselhos, fundos e órgãos municipais a partir de critérios básicos evitando a multiplicidade dos mesmos.
- e. Incentivar a criação de redes intermunicipais.
- f. Promover a realização de acordos de cooperação entre as instituições.
- g. Definir as competências e o Ciclo de gestão a partir do conceito de patrimônio cultural com suas diversas temáticas.
- h. Institucionalizar a gestão da informação como forma de participação social.
- i. Capacitar às instituições locais para o estabelecimento de parcerias.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. A presença do Iphan em todo território nacional atuando como canal de comunicação entre as instituições e a sociedade.
- b. Experiência do Programa Monumenta, principalmente a ação de Imóveis Privados.
- c. A organização da Frente Parlamentar em defesa do patrimônio a partir de experiência do município de Bagé/RS.

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. O processo de troca de experiências em andamento devido à realização de conferências, fóruns, oficinas, seminários que tratam da questão do patrimônio cultural.
- b. A participação do Brasil em fóruns, comitês e conselhos internacionais que possibilitam o intercâmbio de experiências com outros países.
- c. A implantação do Centro Regional para Formação para Gestão do Patrimônio no Rio de Janeiro como uma ferramenta estratégica para as ações de capacitação de gestores públicos e privados.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Ministério Público.
- b. Ministério do Meio Ambiente.
- c. Ministério do Turismo.
- d. Agências de Cooperação Internacional.
- e. BNDES.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Órgãos de fomento.
- b. Associações científicas.
- c. Organizações sociais.
- d. Instituto dos Arquitetos do Brasil.

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS (2010-2011)

- a. Formular uma política que considere o conceito da ampliação de patrimônio cultural e as suas diversas temáticas.
- b. Reduzir as áreas de sobreamento e conflito, e o estabelecer as áreas comuns de atuação das instituições.
- c. Definir os papéis da União, Estados e Municípios a partir das suas competências legais para a estruturação do SNP.
- d. Institucionalizar os espaços de pactuação e os canais de comunicação para o SNP.
- e. Promover a criação e o fortalecimento de estruturas municipais – fundo, conselho e órgão técnico.
- f. Fortalecer a rede de atores que atuam na preservação do patrimônio.
- g. Identificar e incorporar a participação de novos atores – sociedade civil, ONGs e associações científicas para a estruturação do SNP.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Realizar fóruns para pactuação de estratégias e ações do SNP.
- b. Fortalecer a estrutura técnica do Iphan, Estados e Municípios.
- c. Realizar um programa de capacitação continua de educação patrimonial para a rede de atores.
- d. Identificar parcerias que tenham legitimidade social.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Construir o conceito de gestão compartilhada.
- b. Definir do ciclo de gestão Ciclo de gestão – delegação de competências.
- c. Elaborar uma política pública de educação patrimonial nos três níveis governamentais.

SESSÕES TEMÁTICAS 03 e 07

SNPC - Regulação e Marcos Legais

Coordenador: Antônio Fernando A. L. Neri (Procurador Chefe - Iphan)

Relatora: Patricia Reis da Silva (UNESCO)

COMUNICAÇÕES

SESSÃO 03 (14/12/2009)

Kazuo Nakano (Instituto Pólis) – *Planos Diretores e o Patrimônio Cultural.*

Vanessa Bello Figueiredo (USP, ex-Subprefeita de Paranapiacaba) – *Os instrumentos urbanísticos para a preservação do patrimônio.*

Gabriel Simões Gobbi (Secretário Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto) – *A experiência de Ouro Preto.*

João Henrique Café de Souza Novais (OAB-MG) – *O papel constitucional do município na proteção do Patrimônio Cultural.*

SESSÃO 07 (15/12/2009)

Marcos Paulo de Souza Miranda (Coordenador Auxiliar das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural, Histórico e Turístico de Minas Gerais) - *Atuação do Ministério Público em defesa do patrimônio cultural.*

Ana Cristina Bandeira Lins (MPF/SP) – *Desafios da regulação do patrimônio cultural.*

Carlos Magno de Souza Paiva (Coordenador – Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural – Dedir/UFOP) – *Necessidades de marcos legais para a tutela de bens culturais.*

Fabiana Santos Dantas (Procuradora Federal – Iphan) – *O exercício da competência constitucional comum e concorrente na preservação do patrimônio cultural.*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Instituir a Política Nacional de Patrimônio de forma sistêmica e transversal.
- b. Implementar, com base na Constituição Federal, sistema de preservação que congregue entes autônomos, com legislação diferenciada e atribuições administrativas comuns.
- c. Reforçar o papel da UNIÃO para formular normas gerais, sem invadir a esfera de competência legislativa suplementar dos Estados, Municípios e do DF.
- d. Sistematizar, em normas gerais, os institutos utilizados na preservação (instrumentos, metodologias e procedimentos).
- e. Regulamentar a cooperação entre os entes federativos, a fim de minimizar a superposição de comandos e recursos, conflitos interinstitucionais e falta de responsabilização dos entes.
- f. Inserir as estratégias de proteção, reabilitação e utilização do patrimônio cultural num processo permanente de planejamento e gestão territorial voltado para o direito à cidade.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Articular-se com outros sistemas nacionais, a exemplo da Cultura, Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano, Turismo, para promover a transversalidade no trato da questão.
- b. Criar instância colegiada normativa e deliberativa para estabelecer princípios e diretrizes gerais para a proteção do patrimônio cultural nacional, por meio de Conselho Nacional do Patrimônio Cultural, composto por órgãos públicos, membros da sociedade, Ministérios Públicos, dentre outros.
- c. Propiciar condições para a formação de arranjos (técnicos e administrativos) para a conciliação de princípios e conceitos sobre o bem protegido e diretrizes de gestão.
- d. Articular, permanentemente, e em diferentes escalas, fontes de recursos perenes, instrumentos de planejamento e canais de participação social efetivos.
- e. Contemplar a dinâmica da cidade, fomentar o desenvolvimento e contribuir para a inversão dos padrões da urbanização brasileira.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Instituir o Fundo Nacional do Patrimônio Cultural.
- b. Incentivar o uso de distintos instrumentos, considerando que todo e qualquer instrumento que tenha potencialidade para proteger encontra sustentação na Constituição Federal (usar com criatividade instrumentos urbanísticos, da área ambiental e cultural).
- c. Refletir sobre como reverter a lógica do mercado imobiliário a favor da proteção do patrimônio cultural.

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Incentivar o fomento, a estruturação e acompanhamento de conselhos estaduais e municipais.
- b. Oferecer, permanentemente, sistematização de instrumentos potenciais de proteção do patrimônio.
- c. Estabelecer a responsabilidade objetiva como mecanismo de proteção ao patrimônio cultural.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Órgãos públicos federais, estaduais, municipais e distrital, sociedade civil, Ministério Público Federal, Estadual, Advocacia Pública.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Órgãos públicos federais, estaduais, municipais e distrital, sociedade civil, Ministério Público Federal, Estadual, Advocacia Pública.

7. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS

- a. Instituir o Cadastro Técnico de Agentes do Patrimônio Cultural para avaliar e acompanhar a qualidade da prestação de serviços na área.
- b. Avaliar a possibilidade de criação de receita para o Fundo Nacional do Patrimônio Cultural oriunda de atividades realizadas pelo

Iphan, tais como: aplicação de multas, cobrança por licenciamentos realizados, taxas, medidas compensatórias, dentre outras.

8. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Refletir sobre a necessidade de criação de marco regulatório específico para a implementação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, considerando que o DL 25/37, em seu artigos 23 e 25, estabelecem um sistema de proteção.
- b. Refletir sobre o atual papel do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no sentido de avaliar e ampliar suas atribuições para disciplinar diretrizes e princípios gerais sobre a proteção do patrimônio nacional. (ex.: norma geral de tráfego de veículos pesados para os Centros Históricos).
- c. Instituir multa em razão de dano ao patrimônio cultural com parâmetros previamente definidos, a qual poderá ser agravada a depender da extensão do dano.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO

- a. Regular o poder de polícia e normatizar as sanções (embargo e suspensão de obras e atividades. apreensão de bens e produtos. multas).
- b. Tendo em vista que a tutela do patrimônio cultural se insere dentro do direito do meio ambiente, faz-se necessário refletir sobre a possibilidade de o Iphan participar do CONAMA, como um subsistema, antes de criar um sistema próprio.

SESSÕES TEMÁTICAS 04 e 08

SNPC - Estrutura e Formas de Funcionamento

Coordenador: Weber Sutti (Assessor da Presidência do Iphan)

Relatora: Otilie Macedo Pinheiro (Consultora Iphan)

COMUNICAÇÕES

SESSÃO 04 (14/12/2009)

Adson França (Ministério da Saúde) – *A experiência do SUS e os desafios para o SNPC.*

Mara Régia Di Perna (Empresa Brasil de Comunicação) – *Mobilização social para o SNPC.*

Frederico Barbosa (IPEA) – *Desafios para o sistema nacional.*

SESSÃO 08 (15/12/2009)

Luiz Felipe Andrés (Estaleiro Escola-CVT) – *Articulação intergovernamental: projeto barcos do Brasil.*

Yole Milani Medeiros (Gerente de Cidades-DEPAM/Iphan) - *Planos de Ação para Cidades Históricas.*

Alexandra Moreira Carvalho Gomes (Presidente da Fundação Cultural de Quissamã) – *Planos de Ação e os desafios dos municípios.*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Elaborar, aprovar e regulamentar lei que estabeleça a política (objetivos e diretrizes) e o sistema (estrutura, mecanismos de articulação dos atores, competências e responsabilidades, instrumentos, mecanismos de controle e auditoria, fontes de fomento e formas de repasse de recursos, penalidades pelo não cumprimento).
- b. Ampliar o conceito de patrimônio (abarcando aspectos que contemplem diversidade, território, redes).
- c. Considerar os diferentes portes de população e de capacidade dos municípios e as diversidades regionais e locais.
- d. despertar no gestor municipal o interesse pelo patrimônio, e a prática da ação integrada e participativa.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Superar a fragmentação/segmentação das redes de patrimônio (rede dispersa, muitos agentes, interesses corporativos).
- b. Estabelecer mecanismos estáveis de interdependência, pactuação e coordenação entre gestores públicos dos três níveis de governo.
- c. conciliar descentralização com capacidade de redução de desigualdades regionais.
- d. Instituir indicadores e instrumentos de monitoramento e avaliação que se adaptem à dinâmica das cidades.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. A existência das 27 superintendências estaduais.
- b. A existência de instituições de gestores (Fórum de Secretários Estaduais de Cultura, Associação de Cidades Históricas, etc.) e canais de integração de atores (redes do patrimônio cultural, conselhos municipais de cultura, fóruns regionalizados).
- c. A experiência do PAC Cidades Históricas: a concepção do Plano de Ação. 162 municípios e vários estados envolvidos, planos de ação pactuados e que integram os diversos temas no território.

4. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA E DO SISTEMA NACIONAL

- a. Os fóruns de gestores (ABCH, FNSEC).
- b. Conselhos Municipais e Estaduais de Cultura e/ou Patrimônio Cultural.
- c. Entidades associativas municipais e regionais.
- d. Canais de comunicação (rádios).
- e. Universidades e Centros de pesquisa.

5. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Fortalecer a prática de ação integrada no território.
- b. Aprovar e regulamentar a PEC 150 definindo objetivos, critérios operacionais e de alocação dos recursos.
- c. Estabelecer uma Agenda Nacional (nos moldes do pacto da vida – SUS).
- d. Estabelecer um Pacto de Gestão – indicadores e metas a cada 2 anos em todas as áreas.
- e. Ampliar a capacidade do Estado para realização de políticas federativas: fortalecer a prática do planejamento compartilhado em cada uma das esferas de governo e entre elas.
- f. Definir espaços territoriais de identidade cultural que englobam diversos municípios por meio consórcios públicos.
- g. Estabelecer mecanismos estáveis de pactuação (interdependência e coordenação) entre gestores públicos dos três níveis de governo: reuniões anuais com a Associação das Cidades Históricas, fóruns do SNPC a cada 2 anos.
- h. Consolidar e articular as redes e atores que atuam no patrimônio por meio de canais de participação estáveis (ex. fóruns estaduais, câmaras Setoriais e/ou Regionais para subsidiar e monitorar a implantação das políticas temáticas).
- i. Articular e implementar de um plano de comunicação para o setor com destaque para as cidades históricas.
- j. Estruturação de um sistema de informações que favoreça a integração e o acesso presencial e remoto às fontes de informação de interesse do patrimônio cultural.

- k. Estabelecer programas de qualificação e capacitação: técnicos e gestores públicos dos três níveis de governo, setor empresarial, diversos atores que atuam na área do patrimônio (Investir na qualificação à distancia para cobrir o território nacional).
- l. Implantação de um programa de educação patrimonial direcionado à sociedade e às escolas.

6. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Elaboração e aprovação da Lei da Política e do Sistema Nacional do patrimônio Cultural.
- b. Definir normas operativas para ajustar comportamento dos agentes para atender as diretrizes da Política.
- c. Elaborar cadastro nacional de entidades e atores que atuam no patrimônio cultural.

MESAS REDONDAS 01 e 11

Patrimônio Arqueológico

Coordenadora: Maria Clara Migliacio (Diretora do CNArq – Depam/Iphan)
Reladoras: Fernanda Tocchetto (Coordenadora de Arqueologia Urbana – Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre) e Erika Marion Robrahn González (Coordenadora do Núcleo de Estudos Estratégicos em Arqueologia Pública - Unicamp)

COMUNICAÇÕES

MESA 01 (14/12/2009)

Fernanda Tocchetto (Coordenadora de Arqueologia Urbana – Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre) – *O patrimônio arqueológico urbano: desafios atuais para a gestão patrimonial.*

Paulo Eduardo Zanettini (ARQUEOZ) – *A arqueologia nas cidades coloniais e a construção de instrumentos de gestão urbana.*

Alenice Baeta (Setor de Arqueologia da UFMG) – *O patrimônio arqueológico na revitalização do jardim da Casa da Baronesa em Ouro Preto.*

Gislaine Valério de Lima (NARQ/UEG) – *A pesquisa arqueológica nas intervenções urbanas: o caso das cidades tombadas de Goiás.*

Eduardo Góes Neves (Presidente – SAB) – *A arqueologia nas cidades amazônicas atuais e os sítios arqueológicos pré-coloniais.*

MESA 11 (15/12/2009)

Maria Clara Migliaccio (Coordenadora CNA – Depam/Iphan) – *A ação governamental na gestão do patrimônio arqueológico: desafios e potencialidades.*

Erika Marion Robrahn González (Coordenadora do Núcleo de Estudos Estratégicos em Arqueologia Pública - Unicamp) – *Patrimônio arqueológico étnico: o caso das áreas sagradas dos grupos indígenas do Alto Xingu.*

Loredana Ribeiro (Pesquisadora – Museu de História Natural) – *Arte Rupestre como Patrimônio Cultural: situação atual e perspectivas de futuro.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

- a. Considerando a busca do desenvolvimento sustentável voltado à integração dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da sociedade brasileira.
- b. Considerando a agenda elaborada para a construção da política nacional de patrimônio cultural.
- c. Considerando que o patrimônio arqueológico constitui parte integrante do patrimônio cultural como um todo.
- d. Considerando as demandas colocadas pelo PAC das Cidades Históricas e seus reflexos sobre os recursos arqueológicos de base finita, presentes nos sistemas urbanos.
- e. Considerando que o patrimônio arqueológico em meio urbano contém referências e informações sobre a trajetória das cidades, e que a arqueologia é um instrumento privilegiado e singular de acesso a essas referências, contribuindo sobremaneira para o conhecimento e enriquecimento dos significados dos bens culturais, inclusive os de caráter urbano.
- f. Considerando que o patrimônio arqueológico é um bem finito da matriz cultural brasileira, constituindo-se como recurso não renovável, além de devidamente protegido pela legislação e pelos instrumentos normativos do Iphan/MinC.
- g. Considerando a necessidade de propor soluções capazes de compatibilizar as demandas relativas ao desenvolvimento e à preservação dos recursos arqueológicos, visando harmonizar o desenvolvimento e a preservação do patrimônio ambiental urbano e o nível de conhecimento disponível sobre o seu patrimônio arqueológico.
- h. O grupo constituinte das mesas “Patrimônio arqueológico em ambiente urbano: desafios e perspectivas” e “Aspectos singulares do patrimônio arqueológico: sítios arqueológicos étnicos e sítios de arte rupestre como objeto de socialização” indica a necessidade de ampliar e incrementar o tratamento ao patrimônio arqueológico na Política Nacional de Patrimônio Cultural e no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, e ainda, em especial, no PAC das Cidades Históricas. Este pode se constituir num espaço para a definição e consolidação de uma política cultural brasileira voltada ao patrimônio arqueológico em meio urbano. Com vistas a contribuir com o Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, o grupo indica como desafios, potencialidades, parcerias e estratégias.

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Desenvolver um planejamento estratégico para a Arqueologia Brasileira, em sintonia com os pressupostos científicos, técnicos e jurídicos relativos à gestão do patrimônio arqueológico.
- b. Elaborar, em caráter emergencial, um Protocolo que defina procedimentos específicos de pesquisa e salvaguarda dos recursos arqueológicos presentes nas cidades históricas frente às obras previstas pelo PAC.
- c. Assegurar a prática da pesquisa, da preservação e da socialização dos recursos arqueológicos urbanos, considerando as premências de atuação nas cidades históricas, em atendimento ao PAC.
- d. Dar visibilidade ao patrimônio arqueológico brasileiro, incluindo o patrimônio arqueológico do meio urbano.
- e. Elaborar e implementar mecanismos e instrumentos específicos para proteção de sítios e áreas que envolvam patrimônio arqueológico, com especial atenção para os sítios étnicos (relacionados a áreas sagradas para populações indígenas e/ou comunidades tradicionais) e sítios com arte rupestre.
- f. Garantir a participação das comunidades locais no tratamento, pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico brasileiro, através de fóruns participativos e colaborativos.
- g. Garantir o tratamento integrado e articulado do patrimônio arqueológico em suas interfaces com o patrimônio imaterial, paisagens culturais, patrimônio edificado, bens móveis integrados, ações educativas, patrimônio ferroviário e sítios urbanos.
- h. Garantir o reconhecimento das estratégias milenares e das experiências históricas e culturais do passado, expressos no patrimônio arqueológico, para o tratamento e proteção da diversidade do patrimônio cultural brasileiro.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Garantir o tratamento integrado e articulado do patrimônio arqueológico brasileiro com políticas e parceiros nacionais e internacionais de gestão de patrimônio cultural.
- b. Assegurar as condições de infra-estrutura ao pleno desenvolvimento do planejamento estratégico para a Arqueologia Brasileira, incluindo sua articulação e transversalidade entre as diversas instâncias governamentais, em níveis federal, estadual e municipal, e outros segmentos da sociedade civil.
- c. Fomentar a absorção de arqueólogos nos quadros técnicos dos órgãos gestores de patrimônio em níveis federal, estadual e municipal,

estabelecendo canais de diálogo e contribuição junto à Associação Brasileira de Cidades Históricas, e outras correlatas.

- d. Fortalecer os sistemas vigentes de informação e gestão do patrimônio arqueológico em níveis federal, estadual e municipal, bem como criar sistemas complementares e/ou outros que ampliem e aprimorem a organização de dados, com garantia de acesso e de interface com outros sistemas patrimoniais de informação mais amplos.
- e. Fomentar a criação de leis e conselhos estaduais e municipais que tratem da preservação e da pesquisa do patrimônio arqueológico, e que contemplem, inclusive, as áreas urbanas como um todo e seu entorno.
- f. Estimular a constituição de órgãos gestores do patrimônio arqueológico em níveis estadual e municipal, em consonância com o órgão federal, incorporando formas compartilhadas de ação com órgãos de meio ambiente e de planejamento.
- g. Estimular, por meio do Conselho das Cidades, que os órgãos gestores, em todos os níveis, criem instrumentos preventivos de gestão do patrimônio arqueológico, tais como cartas arqueológicas, inventários e sistemas de informação, e o tratamento e integração deste patrimônio em instrumentos de controle mais amplos, tais como planos diretores, zoneamento territorial, leis de parcelamento e uso do solo, entre outros.
- h. Promover e agilizar o tombamento de um maior número de sítios e áreas arqueológicas, com especial atenção para sítios étnicos (relacionados a lugares sagrados para populações indígenas e/ou comunidades tradicionais) e sítios de arte rupestre, visando ampliar a preservação da diversidade de contextos pré-históricos e históricos nacionais.
- i. Garantir a integração harmônica da pesquisa arqueológica em projetos de restauração de bens edificados históricos, tombados ou não, bem como nas intervenções urbanas de qualquer porte em áreas consideradas de potencial arqueológico.
- j. Ampliar a rede de instituições habilitadas para guarda de acervos, valorização e apoio à pesquisa arqueológica, bem como regular suas atividades e procedimentos.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. A existência de um rico e diversificado patrimônio arqueológico, presente na totalidade do território nacional, entendido como recurso cultural em benefício da sociedade, a ser incorporado à

memória, e à ampliação de seus aspectos identitários.

- b. A crescente demanda da sociedade brasileira pelo conhecimento, valorização e fruição do patrimônio arqueológico.
- c. A existência de sociedades científicas, instituições de ensino, pesquisa e fomento, bem como de um corpo de profissionais e de conhecimento científico produzido, para a proposição e implementação da Política Nacional no que tange ao patrimônio arqueológico.

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. A existência do SGPA (Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico) e de seu banco de memória, contendo a documentação básica e conhecimento produzido sobre o patrimônio arqueológico brasileiro.
- b. A existência de Secretarias de Cultura, Departamentos de Patrimônio, Conselhos de Cultura e outras instituições e organizações civis, em níveis estadual e municipal, constituindo uma potencial rede de difusão e ampliação na gestão do patrimônio arqueológico brasileiro.
- c. A existência de instituições de ensino e de pesquisa, empresas especializadas e entidades civis, voltadas ao patrimônio arqueológico, em todo o território nacional.
- d. A disposição e mobilização dos arqueólogos brasileiros para qualificação e inserção do patrimônio arqueológico no conjunto do patrimônio cultural brasileiro.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. UNESCO, MinC/Iphan, Ministérios, FUNAI, IBAMA, ICMBio, Sociedade de Arqueologia Brasileira, agências de fomento, comunidade científica e outras entidades correlatas, Instituições de Ensino e Pesquisa, empresas especializadas e sociedade civil.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Iphan/CNA, órgãos gestores de patrimônio cultural, órgãos de licenciamento ambiental, órgãos de planejamento, agências de fomento, comunidade científica Sociedade de Arqueologia Brasileira, empresas especializadas, outras sociedades científicas e sociedade civil.

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Desenvolver Programa para visibilidade do patrimônio arqueológico
- b. Dar início a uma campanha de valorização e preservação do patrimônio arqueológico brasileiro.
- c. Promover ações coordenadas de comunicação e informação sobre o patrimônio arqueológico.
- d. Elaborar e implementar, em caráter emergencial, um Sub-Programa Nacional de Arqueologia Urbana inserido no planejamento geral do PAC das Cidades Históricas e, em um segundo momento, ampliá-lo para as demais cidades não contempladas.
- e. Garantir a integração da pesquisa arqueológica em projetos de restauração de bens edificados históricos, tombados ou não, bem como nas intervenções urbanas de qualquer porte em áreas consideradas de potencial arqueológico
- f. Elaborar e implementar um Programa Nacional do Patrimônio Arqueológico, com especial atenção ao fomento da gestão dos sítios étnicos e de comunidades tradicionais, sítios com arte rupestre e sítios históricos, através de Sub-Programas.
- g. Estimular os órgãos gestores, em todos os níveis, a criarem instrumentos de gestão preventivos, tais como legislação, cartas arqueológicas, inventários e sistemas de informação, e a integrarem o patrimônio arqueológico em instrumentos de controle mais amplos, tais como planos diretores, zoneamento municipal, leis de parcelamento e uso do solo, entre outros.
- h. Fomentar a estruturação de unidades organizacionais de gestão do patrimônio arqueológico em níveis federal, estadual e municipal, incorporando formas compartilhadas de ação com órgãos de meio ambiente e de planejamento.
- i. Fomentar a criação de leis, normas e diretrizes estaduais e municipais relativas a preservação e pesquisa do patrimônio arqueológico, e que contemple as áreas urbanas como um todo e seus entornos.
- j. Articular a participação e cooperação dos órgãos envolvidos na gestão do patrimônio arqueológico, incluindo o Iphan através do CNA e das Superintendências Estaduais, órgãos gestores de patrimônio cultural, órgãos de licenciamento ambiental, órgãos de planejamento, agências de fomento, comunidade científica, Sociedade de Arqueologia Brasileira, empresas especializadas, outras sociedades científicas e sociedade civil.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Adequação da Lei Rouanet ao perfil específico de aplicação junto ao patrimônio arqueológico e fomento a outras leis de incentivo.
- b. Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaboração de um Plano Estratégico Emergencial voltado a articulação e transversalidade entre as diversas instâncias governamentais e outros segmentos da sociedade civil, visando a implementação de políticas públicas e de gestão do patrimônio arqueológico.
- c. Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaboração e acompanhamento de um Sub-Programa voltado aos sítios arqueológicos com Arte Rupestre, especialmente aqueles com usos turísticos formais ou informais, para análise de situações de risco, usos e estado de conservação, voltado para implementação de uma política específica de gestão, regulação e socialização.
- d. Atualização do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, inclusive com a inserção dos sítios arqueológicos urbanos.
- e. Estabelecimento de parcerias para a capacitação de profissionais com especialização voltada a atuação da arqueologia, em ênfase na questão da arqueologia urbana.
- f. Promoção da criação de sistemas de informação e de gestão sobre o patrimônio arqueológico, em níveis federal, estadual e municipal.
- g. Criação de um comitê gestor local e/ou regional que inclua todos os atores e instâncias para a definição de políticas locais e discussão de projetos e ações estratégicas voltadas ao patrimônio arqueológico.
- h. Incremento de ações compartilhadas de identificação, proteção e difusão do patrimônio arqueológico, desenvolvidas pelas três instâncias federativas, suplementares à incumbência legal do Iphan no licenciamento ambiental.
- i. Previsão, nos planos de ação, de percentual designado para avaliação de potencial e implementação de programas arqueológicos.
- j. Inserção, no planejamento estratégico referente ao SNPC, do quesito específico e explícito sobre o patrimônio arqueológico, em todas as fases do projeto.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Elaboração e edição de instruções normativas a serem oficializadas por meio de Portarias do Iphan para: 1) sistematização de procedimentos de referência para constituir protocolos de atuação, em especial frente às obras do PAC de Cidades Históricas.

- 2) normatização da realização de pesquisas patrimoniais em terras indígenas tradicionais (demarcadas ou não), a partir das especificidades técnicas, éticas e operacionais que lhe são intrínsecas. 3) normatização da realização de uso turístico e socialização de sítios arqueológicos. 4) regulamentação da guarda de acervos arqueológicos.
- b. Elaboração e implementação, em caráter emergencial, de um Sub-Programa Nacional de Arqueologia Urbana, inserido no planejamento geral do PAC das Cidades Históricas.
 - c. Elaboração e implementação de um Programa Nacional do Patrimônio Arqueológico, com especial atenção ao fomento da gestão dos sítios étnicos e de comunidades tradicionais, sítios com arte rupestre e sítios históricos, através de Sub-Programas.
 - d. Fomento à estruturação de unidades organizacionais de gestão do patrimônio arqueológico em níveis federal, estadual e municipal, incorporando formas compartilhadas de ação com órgãos de meio ambiente e de planejamento.
 - e. Fomento à criação de leis, normas e diretrizes estaduais e municipais relativas a preservação e pesquisa do patrimônio arqueológico, contemplando as áreas urbanas como um todo e seus entornos.
 - f. Garantia da integração da pesquisa arqueológica em projetos de restauração de bens edificados históricos, tombados ou não, bem como nas intervenções urbanas de qualquer porte em áreas consideradas de potencial arqueológico.
 - g. Promoção de formas de articulação, participação e cooperação dos órgãos envolvidos na gestão do patrimônio arqueológico, incluindo-se o Iphan através do CNA e das Superintendências Estaduais, órgãos gestores de patrimônio cultural, órgãos de licenciamento ambiental, órgãos de planejamento, agências de fomento, comunidade científica, Sociedade de Arqueologia Brasileira, empresas especializadas, outras sociedades científicas e sociedade civil.
 - h. Desenvolvimento de estudos e levantamentos para identificação e proposição de formas de fomento e financiamento de projetos de valorização e socialização do patrimônio arqueológico.

MESAS REDONDAS 02 e 12

Bens Móveis e Integrados

Coordenadora: Wivian Diniz (Coordenadora Geral de Bens Móveis e Integrados Depam/lphan)

Relatora: Soraya Coppola (EBA/UFMG)

COMUNICAÇÕES

MESA 02 (14/12/2009)

Humberto Farias de Carvalho (Centro de Conservação de Bens Culturais) – *Atuação privada na conservação/restauração de bens móveis: demandas e perspectivas.*

Mauro Domingues (Coordenador de Preservação – Arquivo Nacional) – *Gestão e conservação de acervos documentais.*

Luiz Antônio Cruz de Souza (Diretor – EBA/UFMG) – *A conservação preventiva e a sustentabilidade da preservação de bens móveis e integrados.*

MESA 12 (15/12/2009)

Tatiana Alves Torres (Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico – Polícia Federal) – *Atuação da Polícia Federal na repressão ao tráfico ilícito de bens culturais.*

Marcos Gonçalves (UFMG) – *Uso e possibilidades tecnológicas na documentação de bens culturais.*

Ana Cristina Bandeira Lins (MPF-SP) – *Legislação e acesso aos bens culturais.*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Necessidade de estruturação dos procedimentos (protocolos e metodologia de intervenção) para realização de ações de conservação-restauração de bens móveis e integrados.
- b. Deficiências na normatização e fiscalização permanente das ações em execução.
- c. Falta de compartilhamento do conhecimento.
- d. Inadequação das instalações prediais e falta de postura realista em relação ao consumo de energia e mudanças climáticas.
- e. Falta de integração com outros países para desenvolvimento de recursos técnicos.
- f. Falta de adoção e de visão crítica dos instrumentos internacionais em voga.
- g. Falta de integração com outras categorias de patrimônio (imóvel, imaterial, arqueológico, natural, arquivos e bibliotecas).
- h. Falta de qualificação de técnicos e fiscalizadores para o acompanhamento da execução de projetos.
- i. Falta de hierarquização de valores dos acervos.
- j. Existência de um grande volume de acervos com tipologia diversa.
- k. Prevalência de decisões políticas em detrimento de fundamentação técnica sobre a forma de recolhimento, gestão e destinação dos acervos.
- l. Falta de conhecimento sobre os processos intrínsecos e extrínsecos de deterioração dos acervos.
- m. Falta de integração das estratégias adotadas para os acervos móveis e integrados com as questões urbanas e arquitetônicas.
- n. Falta de política de aquisição de acervos.
- o. Falta de instrumentos internacionais (não existe convenção da Unesco para proteção de bens móveis e integrados).
- p. Necessidade da participação de associações de classe e falta de reconhecimento das habilitações profissionais no âmbito da conservação-restauração de bens móveis.
- q. Necessidade do reconhecimento, por parte do governo, de sua atribuição para o desenvolvimento de inventários e de projetos de manutenção para alimentar os dados e atualizar os inventários já realizados (políticas públicas).

- r. Necessidade de disponibilização de recursos financeiros para investimento em sistemas de segurança para os acervos inventariados, visando à manutenção de sua coesão e integridade física.
- s. Necessidade da criação de uma política de estado para a proteção dos bens móveis e integrados.
- t. Necessidade de sensibilização da opinião pública para a vulnerabilidade dos acervos de bens móveis e integrados frente aos riscos de roubo, furto e vandalismo. Falta da abordagem da educação, tanto nas comunidades quanto nos órgãos parceiros.
- u. Falta de permanência da integração do Iphan com órgãos parceiros como Polícia Federal, MRE, Receita Federal e Universidades, para a promoção de ações e procedimentos concomitantes e não concorrentes.
- v. Falta de especialização de setores de repressão para o devido reconhecimento dos bens culturais quando dos procedimentos de fiscalização.
- w. Falta de revisão da legislação geral e criação de instrumento legal que reconheça horizontalmente os bens móveis e integrados e regulamente os procedimentos referentes à tutela, conservação, etc.
- x. Ausência da cobrança e definição de responsabilidades dos proprietários (ex. Igrejas).
- y. Falta de integração entre as bases de dados nacionais, atualmente diluídas, fragmentadas, e desatualizadas.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Falta de definição de competências técnicas e atribuições profissionais claras quanto à atuação profissional na conservação-restauração de bens móveis e integrados.
- b. Necessidade de formação acadêmica (graduação) e do reconhecimento da profissão de conservador-restaurador de bens móveis e integrados, com a conseqüente criação de conselhos de classe.
- c. Necessidade de viabilização de redes de apoio institucionais que promovam a articulação e efetivação de projetos voltados a propostas de fomento.
- d. Necessidade de inclusão de critérios técnicos em processos licitatórios para evitar prejuízos à qualidade por menor preço.
- e. Necessidade da instauração de RT (Responsabilidade Técnica)

- legal em projetos de conservação-restauração de bens móveis e integrados
- f. Falta de formação e capacitação de técnicos e gestores de bens móveis e integrados.
 - g. Necessidade do estabelecimento de protocolos de fiscalização de obras de conservação-restauração de bens móveis e integrados.
 - h. Ausência de institutos de formalização dos acervos (ato de criação, regulamentação).
 - i. Falta de suporte técnico e científico para elaboração, execução e fiscalização de projetos de conservação-restauração de bens móveis e integrados.
 - j. Falta de inserção da área dos bens moveis e integrados na discussão sobre os marcos legais.
 - k. Dissociação dos acervos como fator de degradação (perda de informação e mensagem que o objeto encerra).
 - l. Necessidade de campanhas permanentes de instrução e capacitação: cursos, treinamentos, simpósios envolvendo Infraero, ANAC, MPF, MPs, RF e Iphan. agentes que atuam em aeroportos, portos, rodoviárias, leiloeiros, antiquários e embaixadas.
 - m. Necessidade de efetivação de ações, saindo do plano das idéias.
 - n. Necessidade de desenvolvimento de sistemas de inventários com normas que permitam distribuição de informações através de sistema nacional acessível, seguro e tecnologia de ponta, de compartilhamento de dados digitalmente, em caso de roubo e para a gestão integrada de acervos.
 - o. Falta de visibilidade para a execução de medidas preventivas, o que diminui a capacidade de captação de recursos para sua implementação.
 - p. Necessidade da atribuição de penalização e dolo ao dano e roubo do bem cultural
 - q. Necessidade da implantação do Comitê Nacional de Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais (Inserção de outros bens que não os tombados em banco de bens procurados).
 - r. Necessidade do cumprimento de exigência de documentação confiável sobre a procedência dos objetos a serem adquiridos (cadastro de negociantes).
 - s. Ampliação da significância dos bens móveis e integrados

- inventariados (outras modalidades de bens culturais).
- t. Falta de reconhecimento das habilitações profissionais envolvidas com a proteção dos bens móveis e integrados, que impede a valorização e adequação de salários e condições de trabalho.
 - u. Falta de amplo reconhecimento da existência e importância dos acervos de bens móveis e integrados, que implica na negligência e desvalorização dos bens móveis e integrados em relação a outros bens materiais e imateriais.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Evolução do reconhecimento, pelos órgãos de patrimônio e pela sociedade, dos bens móveis e integrados como elementos fundamentais do patrimônio cultural brasileiro.
- b. Existência de pesquisa aplicada e grupos de pesquisa brasileiros envolvidos primariamente com a problemática do patrimônio, desde o nível conceitual até o âmbito das engenharias, e da ciência e tecnologia para a conservação-restauração de bens culturais.
- c. Disseminação já consagrada, no Brasil (principalmente nos grandes centros no sul e sudeste), de estratégias de conservação preventiva de acervos.
- d. Inserção econômica da conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados como atividade geradora de emprego e renda.
- e. Plantel de técnicos e cientistas brasileiros com projeção e reconhecimento internacional, que poderiam estar formalmente envolvidos com a formulação da política nacional e sua execução.
- f. Plantel de ciência e tecnologia já estabelecido no Brasil.
- g. Órgãos de fiscalização e repressão já estruturados no Brasil (MP, DPF, RF, etc.), que poderiam efetivamente ser integrados em ações e projetos conjuntos.
- h. Existência no Brasil de um plantel de conhecimento e de infraestrutura de pesquisa em documentação e caracterização científica de bens culturais, que poderia suprir as necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico para o aprimoramento de ações de combate ao tráfico e restituição de bens culturais aos seus locais de guarda.
- i. Declaração de interesse público do CONARQ como recurso de

acautelamento.

- j. Existência de mecanismos de interlocução e de promoção de ações conjuntas internacionais (MERCOSUL, LATAM ICCROM, INTERPOL, etc.) para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais.

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Existência no Brasil de grupos com experiências bem-sucedidas na preservação bens móveis e integrados.
- b. Existência de instituições universitárias e de pesquisa que poderiam compor redes de laboratórios para certificação e controle de qualidade de materiais e intervenções em conservação-restauração de bens culturais.
- c. Reconhecimento da cultura como setor econômico ativo gerador de emprego e renda.
- d. Existência de iniciativas de marketing vinculado a ações de preservação, reconhecendo o potencial e a importância dos acervos móveis e integrados.
- e. Iniciativas de viabilização da autonomia dos responsáveis pela conservação-restauração dos bens móveis e integrados na tomada de decisão quanto aos procedimentos de preservação.
- f. Exeqüibilidade da apropriação de informações já identificadas e levantadas pelas instituições de proteção (inventários, diagnósticos, relatórios) para direcionamento e continuidade das ações futuras (pesquisa, conservação, gestão e promoção, restauração, inventários).
- g. Possibilidade de ampliação do atual sistema de multas, para penalizar negociantes não cadastrados.
- h. Exeqüibilidade de concepção e execução de um sistema de buscas único automatizado, que possa interligar os vários bancos de dados e inventários existentes em instituições.
- i. Know-how estabelecido das universidades em relação a sistemas avançados de banco de dados e documentação de objetos culturais.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Parceria com o MEC (SESU e CAPES): qualificação e formação profissional para a conservação de bens móveis e integrados. integração com instituições de formação na América Latina. produção de materiais e campanhas de educação patrimonial. produção de material didático para os cursos em funcionamento.
- b. Parceria com o MCT (CNPq/FINEP/IBICT): formulação de editais para projetos de pesquisas e redes de laboratórios para produção de conhecimento, compartilhamento de tecnologia e estabelecimento de protocolos de intervenção e de controle de qualidade. promoção de eventos nacionais e internacionais para a disseminação de informações técnico-científicas para os profissionais da área de bens móveis e integrados.
- c. Parcerias com instituições detentoras de acervos, para formulação conjunta da Política Nacional.
- d. Parceria com o Programa Latam, do ICCROM, para proposição de ações conjuntas, na América Latina, em educação, desenvolvimento de indicadores em conservação do patrimônio, combate ao tráfico ilícito de bens culturais, e promoção de cursos internacionais, na área de bens móveis e integrados.
- e. Atuação integrada com a Rede I-24/7 da Interpol.
- f. Desenvolvimento de planos de segurança em conjunto com a igreja, a PF e museus.
- g. Parcerias com instituições de repressão e fiscalização, para formulação de estratégias conjuntas de ação.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Parcerias com o MEC (SESU e CAPES), para criação e fortalecimento da formação e qualificação profissional em preservação de bens móveis e integrados – instituições de ensino básico, profissional, de graduação e pós-graduação. produção de material audiovisual e interativo para a educação patrimonial.
- b. Parcerias com instituições de pesquisa e prestadoras de serviços técnico-científicos para promoção de assistência técnica e serviços especializados para o mercado.
- c. Parcerias com instituições reguladoras e associações profissionais

- para esclarecimento sobre qualificação e competência dos profissionais que atuam na área dos bens moveis e integrados.
- d. Colaboração com o CONARQ para regularização de acervos documentais.
 - e. Parcerias com agências de fomento à produção cultural, para indução de editais específicos para a proteção de acervos de bens móveis e integrados.
 - f. Termos de cooperação com órgão de repressão e de fiscalização (polícia federal, receita, polícia rodoviária, ANAC, Infraero).
 - g. Cooperação com DNPM, IBRAM, Universidades, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e instituições privadas para compartilhamento de conhecimento e estratégias. (envolver responsabilidades e compartilhar atribuições).
 - h. Parcerias com instituições de pesquisa e universidades para desenvolvimento de sistemas avançados de informação, detecção e repressão ao tráfico ilícito de bens culturais.

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Promoção de cursos de aperfeiçoamento (formação continuada de pessoal técnico de instituições detentoras de acervos) na área de preservação de bens móveis e integrados.
- b. Campanha de promoção da vulnerabilidade dos bens móveis e integrados e da necessidade de sua preservação e o combate ao tráfico ilícito.
- c. Promoção de encontro internacional para discutir gestão de acervos e formação profissional em conservação-restauração de bens culturais.
- d. Execução de projeto piloto de conservação-restauração de bens móveis e integrados, com equipes qualificadas, colaboração internacional, e uso de tecnologias de ponta para o planejamento e execução do projeto.
- e. Execução de projeto piloto de documentação e inventário de bens culturais móveis e integrados, com tecnologia de ponta em sistemas de documentação, armazenagem e acesso à informação.
- f. Criar ação integrada de educação patrimonial.
- g. execução de projeto piloto de documentação e inventário de bens culturais móveis e integrados, com tecnologia de ponta em sistemas de documentação, armazenagem e acesso à informação.

- h. Discussão e apresentação de propostas que possam complementar a legislação vigente quanto à proteção dos bens tombados, não tombados, bens arqueológicos e paleontológicos, subaquáticos, bibliográficos, documentos, obras de arte e objetos artísticos.
- i. Implantar medidas de controle da liberação de obras para exposição no exterior, vetando o deferimento aos países não signatários às convenções internacionais e exigir tomada de semelhante medida pelos países que adotam as convenções.
- j. Levantamento de discussões quanto ao âmbito legal, nos temas a seguir: inadequação da legislação vigente. dificuldade de execução de sentenças no âmbito penal e civil. definições das “penalidades, tipificação, prescrição e identificação do dolo” não compatíveis com a realidade dos problemas e sistema de funcionamento da área.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Mapeamento das necessidades de formação de pessoal na área de bens móveis e integrados, em função da diversidade de acervos e materiais.
- b. Concepção e implementação de políticas públicas nas quais os bens móveis e integrados se apresentem como um dos eixos para o desenvolvimento humano sustentável.
- c. Promoção da ciência e tecnologia como elementos fundamentais para o conhecimento, e a preservação de bens móveis e integrados.
- d. Realizar tratados bilaterais para inibir o tráfico ilícito.
- e. Criar sistema único de buscas para que os diferentes inventários já existentes possam ser cruzados e acessados.
- f. Reconhecimento das experiências realizadas pelo Iphan, que resultaram em diversas ações exemplares.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Articulação de audiência pública junto ao congresso nacional para discutir a problemática dos bens móveis e integrados no Brasil.
- b. Aproximação com as ações do Programa LATAM, coordenado pelo ICCROM, promovendo uma integração regional e um trabalho em conjunto com os países da América Latina.

- c. Discutir e apresentar propostas que possam complementar a legislação vigente no que se refere à proteção de bens móveis e integrados.
- d. Efetivação de termos de cooperação com instituições públicas e governamentais, para a execução de projetos em colaboração.
- e. Viabilização de grupo de trabalho para discutir as competências e legislação para atuação na área de bens Moveis e integrados, chancelado pelo Iphan.
- f. Reconhecimento da importância dos bens móveis dentro das tipologias de patrimônio cultural.
- g. Desenvolvimento de política pública clara para a elaboração de inventários.
- h. Criação de comitê contra tráfico com a participação de diversos órgãos e instituições nacionais, estaduais e municipais.

MESAS REDONDAS 03 e 13

Educação Patrimonial

Coordenadora: Sônia Rampim Florêncio (Coordenação de Educação Patrimonial DAF/Iphan)

Relatora: Elizabete Vicari (Associação Cultural Amigos do Museu do Folclore Edson Carneiro)

COMUNICAÇÕES

MESA 03 (14/12/2009)

Carlos Alberto Pereira Junior (Diretor do Departamento de Cultura, Turismo, Esportes e Eventos de Iguape) – *Casa do Patrimônio de Iguape/SP*

Rosiane Limaverde Vilar Mendonça (Presidente do Laboratório de Arqueologia da Fundação Casa Grande) – *Fundação Casa Grande e a Arqueologia Social Inclusiva*

Juca Villaschi (Departamento de Turismo da UFOP) – *Projeto Sentidos Urbanos: Casa do Patrimônio Ouro Preto*

Heloísa Helena Gonçalves da Costa (UFBA) – *Patrimônio como ferramenta para pedagogia social da inclusão*

MESA 13 (15/12/2009)

Josilane Aires (Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa) – *Cooperação entre Prefeitura de João Pessoa e Iphan para a capacitação dos professores da rede de ensino municipal*

Luis Guilherme Baptista (Escola de Ensino Médio Setor Leste – Brasília/DF) – *Projeto Re(vi)vido Êxodos: uma vivência em patrimônio identidade e meio-ambiente na escola pública*

Frederico Almeida (Superintendente Iphan-PE) – *A Casa do Patrimônio e a Jornada do Patrimônio Cultural de Recife*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- a. Ausência de políticas de educação e formação que articulem processos institucionais.
- b. Articulação institucional entre as diferentes ações educativas implementadas pelos diferentes departamentos (DEPAM, DPI, DAF), como por exemplo, oficina escola, cursos de capacitação de guias turísticos e taxistas, ações educativas e de fomento às culturas populares do Centro Nacional de Folclore, entre outras.
- c. Gestão compartilhada das Casas do Patrimônio, em consonância com o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, por meio de:
 - Envolvimento das instituições educacionais formais e informais nos processos de educação patrimonial.
 - Estímulo para que estados e municípios criem instrumentos legais que garantam suas participações continuadas nas Casas do Patrimônio.
 - Definição de instrumentos jurídicos e normativos para as Casas do Patrimônio.
 - Criação de Conselhos Gestores e ou Consultivos formados por parceiros comprometidos com a gestão e manutenção das Casas do Patrimônio.
- d. Entendimento do conceito ampliado de patrimônio cultural no Sistema Nacional de Patrimônio.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL, NO QUE CONCERNE À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- a. Elaboração de mecanismos adequados que permitam a implementação das propostas indicadas pelo Fórum.
- b. Adoção de ferramentas que garantam a comunicação e a circulação de informações.
- c. Estabelecimento de instâncias de construção coletiva, concertação e deliberação.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- a. O Projeto “Casas do Patrimônio” que se fundamenta na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais.
- b. Ações educativas que se estruturam a partir de diferentes perspectivas e abordagens.
- c. O acúmulo do ponto de vista teórico e prático, resultado de um conjunto de investimentos que a área de Promoção do Patrimônio Cultural brasileiro, do Iphan, vem fazendo ao longo dos anos, no sentido de estruturar e consolidar um campo de trabalho para as ações educativas voltadas para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro, quais sejam: as inúmeras iniciativas de educação patrimonial implementadas pelas Superintendências e instituições ligadas ao Iphan e por diferentes organizações da sociedade pelo Brasil afora. reuniões técnicas realizadas no sentido de tentar organizar e estabelecer uma ação coordenada no campo de ações de educação patrimonial. encontro nacional, onde se buscou discutir e propor parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas, nos museus e na sociedade. cursos sobre Educação e Patrimônio Cultural organizados por diferentes universidades do país. oficinas de capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a projetos culturais para as Casas do Patrimônio.

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL, NO QUE CONCERNE À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- a. Casas do Patrimônio como programa centrado na articulação institucional.
- b. A premissa de construção coletiva do conhecimento que permeia o conceito de educação patrimonial como ferramenta de articulação institucional.
- c. Os seminários e encontros periódicos relativos à Educação Patrimonial serão fóruns de debates interinstitucionais que fortalecerão os laços entre os parceiros do sistema.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- a. Diferentes instituições das três esferas de governo.
- b. Organizações da sociedade civil locais.
- c. Instituições de ensino e pesquisa.
- d. Ministério da Educação.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL, NO QUE CONCERNE À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- a. Instituições responsáveis por outros instrumentos de Gestão institucional relativos à preservação do patrimônio, tais como: a Paisagem Cultural, os Planos de Salvaguarda, o INRC, as instruções de processos de tombamento e registro, dentre outros.

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Criação de um Programa Nacional de Educação Patrimonial.
- b. Mapeamento dos investimentos e políticas de fomento consoantes com as noções ampliadas de patrimônio, museologia social, educação dialógica, conceitos ampliados de arte e cultura no Sistema Nacional de Patrimônio.
- c. Articulação da rede das Casas do Patrimônio com as redes já estabelecidas tanto pelo Ministério da Cultura quanto dos demais parceiros a serem mapeados.
- d. Articulação com instituições de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios.
- e. Criação de banco de ações referenciais em educação patrimonial.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Qualificação do corpo técnico e administrativo do Iphan para atuação junto às Casas do Patrimônio.

- b. Elaborar instrumentos específicos e adequados - e/ou aperfeiçoar os já existentes - de forma a destinar recursos para as ações educativas relativas ao patrimônio (formulação de planejamento orçamentário. destinação de recursos vinculados às pesquisas arqueológicas. vinculação orçamentária junto ao FNC. criação de editais).
- c. Criação de instrumentos que permitam o fomento da rede das Casas do Patrimônio, principal eixo para a consolidação da Política de Educação Patrimonial.
- d. Construção de instrumentos de monitoramento e avaliação dos impactos gerados pela inclusão do tema Educação Patrimonial nas matrizes curriculares.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Estabelecer parâmetros para que a ação educativa aconteça de forma articulada com outros atores, considerando que essa perspectiva requer a adoção de princípios que leve em conta as seguintes perspectivas:
 - a colaboração de saberes.
 - o protagonismo dos atores locais.
 - a participação da comunidade de forma integral.
 - a construção de novas possibilidades de percepção e de atribuição de sentido ao bem cultural (visitas assistidas, expedições patrimoniais, contação de histórias, blogs, círculos de literatura e arte, dentre outras).
 - a promoção da auto-estima da comunidade possibilitando a (re)significação e a relação positiva com a cidade e com o patrimônio.
 - formas compartilhadas de agir que permitam a construção de um sentimento de pertença das pessoas com o lugar.
- b. Implementar ações educativas integradas a uma perspectiva de desenvolvimento sustentável que incida na mobilização da economia local, mapeando cadeias produtivas relativas ao patrimônio cultural do lugar. agregando valor. gerando renda.

promovendo a cidadania, possibilitando a inclusão social.

- c. Elaboração de regimento próprio para as Casas do Patrimônio.
- d. Definição de instrumentos jurídico e normativos para as Casas do Patrimônio.

MESAS REDONDAS 04 e 14

Paisagem Cultural e Patrimônio Natural

Coordenador: Carlos Fernando de Moura Delphim (Coordenador Geral de Patrimônio Natural e Paisagem Cultural – Iphan)

Relatora: Schyrley Fátima Nogueira da Silva Cavalcanti Alves (UFLA/FAEPE)

COMUNICAÇÕES

MESA 04 (14/12/2009)

Cássio Roberto da Silva (Departamento de Gestão Territorial – CPRM) – *Os sítios geológicos do Brasil e a Chancela da Paisagem Cultural*

Maria Regina Weissheimer (Coordenadora de Paisagem Cultural - Depam-Iphan) – *Roteiros Nacionais de Imigração*

Paulo Boggiani (USP) – *O Geoparque da Serra da Bodoquena*

MESA 14 (15/12/2009)

Rafael Winter Ribeiro (UFRJ) – *Paisagem Cultural do Rio de Janeiro*

Juliana Santilli (MPE-DF) – *Novos instrumentos de proteção: a chancela da paisagem cultural*

Flávia Brito do Nascimento (Iphan-SP) – *A experiência do Vale do Ribeira*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A julgar pela aceitação, grau de envolvimento e entusiasmo dos participantes, as discussões desenvolvidas durante as mesas redondas sobre conceito, aplicabilidade e gestão territorial revelaram o acerto do Iphan ao instituir a nova figura da Paisagem Cultural Brasileira. Os palestrantes do setor de geologia e paleontologia deixaram claro o contentamento com o fato de um órgão de preservação poder atuar na defesa desses bens, até então muito pouco considerados, quando de reconhecido valor patrimonial. Ficou claramente visível também que o Iphan, sempre que possível e pertinente, deve participar, dentro de sua área de competência, da criação de geoparques, em âmbito nacional ou internacional, contribuindo para enriquecer dossiês de proposição de geoparques à UNESCO com informações e propostas de defesa e preservação para o patrimônio cultural brasileiro. Ficou evidente que, tão importante como os conceitos de pluralidade cultural e biodiversidade, é a consideração pelos órgãos culturais àquilo que constitui a geodiversidade.

O aparecimento de um instrumento menos restritivo e impositivo que o tombamento ou do que as Unidades de Conservação, estas sob a responsabilidade do setor ambiental, foi acolhida de forma extremamente grata pelos participantes de diferentes regiões do país, cada qual deles lidando com questões altamente diferenciadas, para as quais o tombamento não seria solução adequada.

Espera-se que ao entusiasmo dos participantes correspondam ações institucionais, em nível técnico legal e administrativo. Sugeriu-se a realização de um grande encontro, tendo como tema principal a Paisagem Cultural Brasileira, nos moldes deste I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Esse encontro nacional sobre a Paisagem Cultural deverá contar com a presença de especialistas das diversas áreas que abrangem o tema da Paisagem Cultural e apresentar mesas redondas sobre: paisagens urbanas, paisagens rurais, paisagens ferroviárias, paisagens industriais, paisagens geológicas e paleontológicas, paisagens simbólicas e outras.

Sendo a Paisagem Cultural Brasileira um novo setor dentro da estrutura do Iphan e, portanto, sem a mesma experiência dos outros setores, existem ainda nessa fase inicial, mais perguntas do que respostas. De uma forma geral, pode-se dizer que os desafios para a formulação da política nacional subdividem-se em:

1. DESAFIOS GERAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

- a. Integração e diálogo entre diferentes órgãos e esferas governamentais e a sociedade.
- b. Sensibilização dos diversos setores que intervêm na paisagem quanto à sua importância e à necessidade de uma otimização qualitativa dos projetos que afetem a paisagem.

2. DESAFIOS ESPECÍFICOS DA PAISAGEM CULTURAL

- a. Compreensão do conceito de Paisagem Cultural por parte de ambientalistas e de especialistas em Patrimônio Cultural.
- b. Transmissão do valor da Paisagem Cultural à sociedade sob o ponto de vista da memória e da história do Planeta, da vida e da humanidade.
- c. Compreensão da estreita e indissociável relação entre geodiversidade, biodiversidade e diversidade cultural por parte de especialistas e da sociedade.
- d. Instaurar o Iphan como órgão catalisador de ações referentes à paisagem.
- e. Inserção do tema paisagem na educação, desde o ensino fundamental até o ensino médio, estimulando estudos em nível superior e de graduação.

Dentre os desafios para a estruturação do Sistema Nacional nota-se a importância de promover ações para que os Estados e Municípios assimilem o conceito e a importância das paisagens culturais no que se refere à sua abrangência e complexidade. Há necessidade de integrar os diferentes protagonistas governamentais e da sociedade civil em questões referentes à paisagem. Discutiu-se a premente exigência de se definir gestores da paisagem, considerando a deficiência de especialistas, a descontinuidade política e a importância de se prever e assegurar fontes de recurso.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

As potencialidades para a formulação da política nacional no que tange a paisagem cultural evidenciam:

- a. A necessidade de proteger valorizar e promover o reconhecimento de paisagens banais.
- b. De criar uma forma holística de percepção do mundo que não

- se limite de forma convergente a um objeto cultural, mas que se estenda a todo o contexto paisagístico no qual ele se inclui.
- c. De revelar novos aspectos da paisagem cultural.
 - d. De atuar com recursos e com rubricas de outros ministérios que apresentem interfaces com assuntos referentes à paisagem.
 - e. De apoiar as frentes parlamentares já existentes de patrimônio cultural.
 - f. De apoiar a criação de novas frentes parlamentares para defesa das paisagens culturais.

4. POTENCIALIDADES PARA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

Para se estruturar o Sistema Nacional é necessário primeiramente que se pense nuclearmente e, num segundo momento, que a responsabilidade seja também transmitida aos Estados para, posteriormente, estabelecer-se a criação de células municipais. Nessa esfera da estruturação do Sistema Nacional é ainda importante:

- a. Definir as condições de atuação do Iphan, especificamente da Coordenação de Paisagem e Patrimônio Cultural na criação de geoparques.
- b. Decidir as condições de atuação do Iphan, especificamente da Coordenação de Paisagem e Patrimônio Cultural na elaboração de propostas de Paisagens Culturais para a UNESCO.
- c. Estimular a criação em Estados e Municípios da Chancela de Paisagem Cultural de forma integrada ao sistema Nacional de Paisagem e Patrimônio Cultural.
- d. Prever formas de financiamento nos 3 níveis administrativos.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

No âmbito das parcerias estratégicas para a formulação da política nacional é importante ressaltar que no contexto da Paisagem Cultural as políticas variam e são definidas segundo os valores predominantes de cada paisagem, respeitando-as na dinâmica de seu movimento, o que pode implicar no fato que muitos significados da paisagem possam ser substituídos, acrescentados de novos ou suplantados por outros que surgem ao longo de suas incessantes transformações.

De uma forma geral são indispensáveis as parcerias do Ministério da Educação, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério das Cidades, bem como da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do Sistema de Satélites de Múltiplas Missões (SSMM) ou Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB). Em casos específicos têm-se o Ministério da Agricultura, Ministério Público, Ministério de Minas e Energia, assim como os demais setores do Ministério da Cultura e do Iphan.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

Para a estruturação do Sistema Nacional acredita-se serem de grande valia parcerias internacionais com órgãos de pesquisa ou setores governamentais de países que tenham experiências na política e na gestão de suas paisagens, criando convênios e intercâmbios com o intuito de trocar experiências e desenvolver o conhecimento.

Para essa estruturação é ainda imprescindível que o Iphan estabeleça parcerias com Universidades Federais brasileiras, órgãos estaduais, municipais ou locais, empresas privadas ONGs e OSCIPs que possam estar envolvidos com o valor da Paisagem Cultural.

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

Como objetivos para os próximos 2 anos espera-se a declaração das propostas piloto:

- a. Paisagem Cultural do Rio de Janeiro – RJ, Serra da Borborema – PB, Paisagens culturais/Patrimônio naval e Roteiro da Imigração.
- b. Conclusão do Dossiê Guararapes e do Dossiê Canudos. Implementar o Sítio das Cattleya guttata, no Espírito Santo.
- c. O Domo de Araguainha, em Goiás.
- d. A Ilha de Cabo Frio e Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro.
- e. Os Pampas, as Missões, Jaguarão e Caçapava do Sul, no Rio Grande do Sul.
- f. A Colina do Horto, em Juazeiro, com o sítio sagrado do Padre Cícero, no Ceará.
- g. O Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais.
- h. A Serra da Bodoquena e o Pantanal no Mato Grosso do Sul.
- i. Elaborar os inventários dos Jardins de Glaziou, de Burlle Marx, e promover o resgate histórico de praças e jardins de uma maneira

- geral, investigando outros autores desses projetos até agora ignotos.
- j. Promover encontros regionais e nacionais de gestores de jardins históricos.
 - k. Pesquisar as paisagens rurais e as paisagens industriais e elaborar Itinerários culturais.
 - l. Contactar e estabelecer meios para se criar um Atlas das Paisagens no Brasil, cujo projeto piloto deverá ser definido.
 - m. Conta-se ainda que nos próximos 2 anos, o Iphan estabeleça parcerias com Universidades, ONGs, OSCIPs, e ainda com a UNESCO, o ICOMOS, o IUCN, o Conselho Europeu da Paisagem, o Instituto Andaluz e o Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces – LADYSS.
 - n. Espera-se a criação de uma Câmara para tratamento da Paisagem Cultural no Conselho Consultivo do Iphan, e a promoção do diálogo da mesma com os representantes e os colaboradores dos demais temas desse I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (Bens Móveis e Integrados, Educação Patrimonial, Patrimônio Edificado, Patrimônio Ferroviário, Patrimônio Imaterial, Capacitação e Gestão, Pesquisa, Documentação e Informação e Sítios Urbanos).
 - o. Aguarda-se ainda a criação da categoria Paisagem Cultural no Premio Rodrigo de Melo Franco.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

Para os próximos cinco anos há a necessidade de se montar um projeto piloto de um banco de dados em um mapeamento interativo das paisagens de valor Federal, Estadual e Municipal. Esse banco de dados deverá indicar a posição geográfica, informações históricas, textos de referência e material iconográfico e promover estudos e investigações para ampliar o elenco de paisagens e itinerários culturais.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

Esse projeto piloto deverá ser definido para o ano de 2010. Os convênios para sua execução deverão ser firmados e deverão ser estimulados e apoiados os eventos de difusão da paisagem cultural.

MESAS REDONDAS 05 e 15

Patrimônio Edificado

Coordenadora: Érica Diogo (Coordenadora Geral de Bens Imóveis – Depam/Iphan)

Relatora: Mariely Cabral Santana (CECRE/UFBA)

COMUNICAÇÕES

MESA 05 (14/12/2009)

Érica Diogo – *Financiamento para recuperação de Imóveis Privados Monumenta*

Dora Arizaga Guzmán (Consultora UNESCO) – *O modelo de financiamento da recuperação do Centro Histórico de Quito*

Margareth Matiko Uemura (Consultora Iphan) – *Habitação em centros históricos*

MESA 15 (15/12/2009)

Sandra Rafaela Magalhães Corrêa (Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Fiscalização - Depam-Iphan) – *Desafios para fiscalização e licenciamento de intervenções em patrimônio edificado*

Jair Schmitt (Coordenador de Normatização de Fiscalização - Ibama) – *O papel do fiscal e a capacitação de agentes*

Heliomar Alencar (Procurador Federal – Iphan) – *Marco legal da fiscalização*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Reverter o quadro atual de precariedade das edificações localizadas nos centros históricos brasileiros, incluindo situações de risco de desabamento, que impedem tanto a instalação de novos usos quanto comprometem os usos existentes.
- b. Reduzir o esvaziamento e a subutilização de edificações localizadas nos centros históricos, garantindo diversidade funcional e social e considerando o papel estrutural da função habitacional.
- c. Estruturar programas específicos para os centros históricos no âmbito das políticas habitacionais, considerando a necessidade de instalação de serviços complementares (escolas, creches, postos de saúde, comércio e serviços cotidianos).
- d. Aprimorar a atividade de fiscalização, criando as condições adequadas para o exercício da atribuição legal.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Integrar as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural às de promoção do desenvolvimento social.
- b. Aperfeiçoar os processos de aprovação dos projetos pelo Iphan e integrar os sistemas de aprovação com órgãos da Prefeitura
- c. Enfrentar as questões relacionadas às vulnerabilidades sociais dos centros históricos
- d. Criar instrumentos e condições que propiciem a permanência da população e dos usos propostos para a área inclusive os tradicionais
- e. Facilitar a apropriação e a fruição do patrimônio cultural e das atividades que ocorrem nos centros históricos pela população da cidade.
- f. Garantir o funcionamento adequado das linhas de financiamento.
- g. Criar instrumentos e condições para o compartilhamento das atividades de fiscalização entre os entes públicos.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Localização da área – infraestrutura, serviços, acessibilidade, transporte
- b. Grande quantidade de imóveis vazios e subutilizados propícios para novos usos
- c. Valor cultural das áreas históricas, no âmbito local, nacional e internacional
- d. Existência de grande quantidade de equipamentos culturais e edificações monumentais fechados ou ociosos – cinema, teatro, centros culturais, museus, bibliotecas, igrejas

- e. Existência de demanda populacional para moradia nas áreas centrais com perfil diversificado

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Combinação de recursos e instrumentos das políticas habitacionais e de preservação do patrimônio para a recuperação de edificações nas áreas centrais.
- b. Criação do PAC das Cidades Históricas e o desenvolvimento dos planos de ação entre as Prefeituras, Governos Estaduais e Iphan.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Prefeituras .
- b. Governos estaduais.
- c. Órgãos federais (Ibama).

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Prefeituras.
- b. Governos estaduais.
- c. Órgãos federais (Ibama).
- d. Conselhos Gestores dos Fundos de Preservação do Patrimônio Cultural.
- e. Órgãos estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural.
- f. Sociedade Civil.
- g. Agentes financeiros (Caixa, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES).

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Recuperar as edificações localizadas nos centros históricos, garantindo diversidade funcional e social e o papel estrutural da função habitacional.
- b. Criar instrumentos para que proprietários e usuários recuperem as edificações, como alternativa para o Iphan atender a sua obrigação legal estabelecida pelo decreto-lei 25 de executar diretamente as recuperações nos casos comprovados de falta de recursos.
- c. Regulamentação dos marcos legais da fiscalização do patrimônio cultural.

- d. Ampliação das atribuições legais e das áreas de abrangências no âmbito da lei de crimes ambientais – Lei 9605 para a fiscalização do patrimônio cultural.
- e. Ampliação e capacitação do corpo técnico para as atividades de fiscalização.
- f. Integrar os instrumentos urbanísticos (Estatuto da Cidade) aos de preservação do patrimônio cultural para criar as condições necessárias à implantação das políticas públicas.
- g. Estruturação, pelas 3 esferas de governo e pelos agentes financeiros, de linhas de crédito e subsídios para a recuperação das edificações localizadas nos centros históricos, prioritariamente para a habitação, permitindo continuidade e complementaridade entre as políticas públicas.
- h. Ampliação dos agentes financeiros para a recuperação dos imóveis privados.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLANTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Desenvolvimento de uma política de conservação e manutenção pós-ocupação das edificações recuperadas.
- b. Compartilhamento dos critérios, procedimentos e instrumentos de fiscalização entre os diferentes agentes.
- c. Estruturar a ação de fiscalização do patrimônio cultural para as áreas de arqueologia, bens móveis e patrimônio ferroviário.
- d. Mobilizar novos agentes financeiros e órgãos públicos para a criação de linhas de crédito e subsídios voltados para as edificações localizadas nos centros históricos.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLANTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Estruturação do financiamento para a recuperação de imóveis privados para todas as cidades históricas.
- b. Estruturação, de forma compartilhada, de fundos e conselhos de preservação do patrimônio cultural.
- c. Estruturação da atividade de fiscalização no Iphan, em relação ao corpo técnico (capacitação e ampliação do quadro). infraestrutura (equipamentos, sistema operacional). estrutura organizacional e critérios de valoração dos danos e das multas.
- d. Incluir na Lei de crimes ambientais Lei 9605/98 o Iphan como órgão competente para aplicação das sanções relativas aos danos ao patrimônio cultural.
- e. Articulação com Universidades e outras entidades para elaboração de projetos para a população com renda abaixo de 3 salários mínimos.

MESAS REDONDAS 06 e 16

Patrimônio Ferroviário

Coordenador: José Rodrigues Cavalcanti Neto (Coordenador Técnico do Patrimônio Ferroviário – Depam/Iphan)

Relator: Antônio Soukef Junior (USP)

COMUNICAÇÕES

MESA 06 (14/12/2009)

Ricardo Martini Moesch (Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo – MinTur) – *Articulação institucional para exploração do potencial turístico do patrimônio ferroviário*

Victor José Ferreira (Movimento de Preservação Ferroviária) – *O papel e o potencial do terceiro setor na preservação do patrimônio ferroviário*

MESA 16 (15/12/2009)

Ana Túlia de Macedo (Diretora Substituta do Departamento de Incorporações de Imóveis – SPU) – *Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA para o Apoio ao Desenvolvimento Local*

Robson Bolognani (Procurador Federal junto ao Iphan) – *Patrimônio Ferroviário: Aspectos legais*

Leonardo Barreto (Superintendente Iphan-MG) e Robson Bolognani (Procurador Federal Iphan-MG) – *A experiência da gestão ferroviária no Estado de Minas Gerais*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Conceituar, instrumentalizar, implementar e difundir a Lei 11.483/07, que dispõe sobre a promoção e proteção do patrimônio ferroviário brasileiro.
- b. Estabelecer critérios específicos e formas de acautelamento e preservação da Memória Ferroviária, em toda a diversificação e abrangência, dando conta de seus bens móveis, imóveis, material rodante, acervos documentais e patrimônio imaterial.
- c. Criar uma política integrada, definindo competências, atribuições, responsabilidades e ações articuladas de todos os agentes envolvidos na gestão do patrimônio ferroviário.
- d. Ampliar o envolvimento de todos os departamentos do Iphan nas questões afetas ao patrimônio ferroviário, a fim de se constituir uma política institucional que trate de todos os aspectos a ele relacionados. Procurar estender esse envolvimento a todas as esferas do poder público e à sociedade em geral.
- e. Compreender e tratar o patrimônio ferroviário como parte integrante do patrimônio industrial brasileiro, com toda a sua amplitude e diversificação e representatividade, nos processos de ocupação do território, na criação ou crescimento das cidades e nas transformações sociais, econômicas e culturais decorrentes da implantação dos sistemas ferroviários.
- f. Buscar a compatibilização dos aspectos teóricos e práticos do restauro de modo a discutir as soluções metodologicamente corretas de intervenção no patrimônio ferroviário, seja nas ações em que o Iphan esteja diretamente envolvido, seja nas ações de orientação de procedimentos a terceiros.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Conflito de competências entre as instituições relacionadas pela Lei 11.483/2007.
- b. Somente com medidas como a agilização de procedimentos, a harmonização de competências, a cessão provisória dos bens ferroviários e a aplicação de sanções em caso do não cumprimento das responsabilidades assumidas na sua gestão, é que o patrimônio ferroviário poderá ser de fato requalificado.
- c. Convergência de projetos e comprometimento nas três escalas governamentais (Federal, Estadual e Municipal).
- d. Falta de continuidade nos programas governamentais, principalmente nas prefeituras.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. O Patrimônio Cultural Ferroviário, por fazer parte do imaginário coletivo da sociedade, pode ser recuperado e reaproveitado contribuindo para o reconhecimento da história e da cultura brasileira, inclusive de localidades que, em outros contextos não teria sua história valorizada.
- b. O reconhecimento dos bens ferroviários como patrimônio cultural podem torná-los agentes indutores de práticas de educação patrimonial, intensificando a identificação das comunidades com sua própria história.
- c. O patrimônio resultante da extinção da RFFSA deve ser percebido como potencial instrumento para o desenvolvimento local e regional. O uso desse recurso precisa ser consciente e criativo. Um dos grandes potenciais é a implementação de trens turístico culturais, que podem incrementar o desenvolvimento graças a cadeia de investimentos por ele alavancada, mas esse é só um exemplo da potencialidade desse acervo.
- d. Os bens imóveis ferroviários são importantes testemunhos de uma fase da arquitetura cada vez mais valorizada pela historiografia. Seus espaços e implantação peculiares possuem potencial para serem reaproveitados em novas funções, desde que sejam preservadas integralmente suas características físicas e relações espaciais.
- e. Os acervos documentais, bibliográficos e iconográficos das antigas empresas ferroviárias que vieram a constituir a RFFSA na década de 1950, são importantes testemunhos das transformações técnicas, econômicas, políticas e culturais pelas quais o país passou nos últimos 150 anos. Ao serem recuperados e disponibilizados ao público, podem contribuir para surgimento de trabalhos científicos nas mais diversas áreas, contribuindo para a ampliação dos debates acerca das transformações do país entre a segunda metade do séc. XIX e todo o séc. XX.

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. O patrimônio ferroviário desperta grande interesse nas prefeituras municipais.
- b. As ferrovias cortam, aproximadamente, 1300 municípios brasileiros, possibilitando abrangência para as políticas culturais, principalmente as relacionadas ao tema.

- c. Existência de várias instituições comprometidas com a preservação do patrimônio ferroviário.
- d. Tema recorrente em pesquisas universitárias.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Instituições ligadas à preservação ferroviária, como o Movimento de Preservação Ferroviária – MPF, a Associação Nacional dos Transportes Ferroviários – ANTF, a Associação Brasileira dos Operadores de Trens Turísticos – ABOTTC, Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, entre outras.
- b. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS Brasil.
- c. Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial – TICCIH Brasil.
- d. Universidades e Instituições de Ensino Superior.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Com as instituições envolvidas na gestão do Patrimônio Ferroviário: DNIT, AGU, ANTT, VALEC, Inventariança da RFFSA, SPU.
- b. Com o Ministério do Turismo a fim de facilitar a implementação de trens turísticos.
- c. Demais órgãos federais que possam de algum modo, colaborar na diminuição dos entraves burocráticos e na agilização dos processos que envolvem o patrimônio cultural ferroviário.
- d. Governos Estaduais.
- e. Prefeituras Municipais.
- f. Instituições ligadas à preservação ferroviária, como o Movimento de Preservação Ferroviária – MPF, a Associação Nacional dos Transportes Ferroviários – ANTF, a Associação Brasileira dos Operadores de Trens Turísticos – ABOTTC, Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, entre outras.
- g. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS Brasil.
- h. Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial – TICCIH Brasil.
- i. Universidades e Instituições de Ensino Superior.

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Definição de estratégias de identificação e proteção de bens imóveis a serem protegidos.
- b. Identificação de áreas ferroviárias com potencial para serem reabilitadas, revitalizadas ou requalificadas.
- c. Padronização e realização dos inventários de bens móveis no padrão da SICG.
- d. Efetivação do plano de ação que possibilite a elaboração de estratégias, potencialidades, preservação, destinação e restauro dos bens móveis ferroviários.
- e. Dar continuidade, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, ao mapeamento dos acervos museográficos com temática ferroviária.
- f. Dar prosseguimento ao mapeamento dos acervos de documentos ferroviários existentes com vistas à sua catalogação, organização, higienização e destinação final.
- g. Estabelecer procedimentos metodológicos eficazes para que o patrimônio imaterial ferroviário possa ser preservado.
- h. Ampliação da parceria com museus, bibliotecas, e centros de documentação e de referência, com o intuito de desenvolver estudos comuns e obter colaboração nos trabalhos realizados pelo Iphan.
- i. Aumentar a participação em eventos relacionados à preservação do patrimônio industrial, de modo a trocar experiências e participar das discussões de interesse da preservação da Memória Ferroviária.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Regulamentar a Memória Ferroviária como novo dispositivo de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.
- b. Restauração, recuperação e requalificação dos imóveis e áreas ferroviárias considerados prioritários.
- c. Colocação em prática de ações que visem estabelecer as potencialidades e planos de destinação, restauro, etc. dos bens móveis ferroviários.
- d. Organização dos acervos documentais ferroviários e disponibilização dos dados para o grande público em bancos de dados informatizados.
- e. Ampliação do número de trens turísticos e culturais em funcionamento.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Finalização dos inventários de bens imóveis ferroviários.
- b. Elaboração de um manual de procedimentos internos para o Patrimônio Cultural Ferroviário da extinta RFFSA, englobando: aprovação dos fluxogramas interno e externo para cessão dos bens. aprovação e complementação dos documentos modelo e pareceres. elaboração das recomendações para o preenchimento do parecer técnico nos casos de valoração e não valoração dos bens. complementação da planilha de documentos para conhecimento preciso dos processos abertos e das demandas existentes.
- c. Implementação dos procedimentos internos junto às Superintendências Estaduais do Iphan, divulgação dos procedimentos à sociedade.
- d. Desenvolvimento de trabalho conjunto com a Coordenação de Cidades e Coordenação de Bens Imóveis com vistas ao implemento de ações complementares e não concorrentes.
- e. Atuar na prospecção de áreas visando à proteção, a destinação e o levantamento de potencialidades do Patrimônio Cultural Ferroviário (áreas e bens a serem prioritariamente protegidos ou tombados, necessidades urgentes de conservação e preservação, vocação e potencialidade do bem, destinação possível).
- f. Desenvolver um Plano de Ação Nacional que possibilite a elaboração de estratégias, levantamento de potencialidades e planos de destinação, restauro, etc. dos bens móveis ferroviários.
- g. Construir preferencialmente junto ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, uma metodologia para mapear os acervos museográficos com temática ferroviária existentes a fim de definir sua melhor destinação.
- h. Construção de estratégia para mapeamento dos acervos de documentos ferroviários existentes com vistas à sua catalogação, organização, higienização e destinação final.
- i. Criar ou, em alguns casos, reforçar, uma interface com museus, bibliotecas, e centros de referência, com o intuito de desenvolver estudos comuns e obter colaboração nos trabalhos realizados pelo Iphan.

MESAS REDONDAS 07 e 17

Patrimônio Imaterial

Coordenador: Marcia Sant'Anna (Diretora – DPI/Iphan)

Relatora: Natália Guerra Brayner (CGS-DPI/Iphan)

COMUNICAÇÕES

MESA 07 (14/12/2009)

Ana Gita de Oliveira (Gerente de Identificação - Iphan) – *Política de inventário e registro do patrimônio imaterial.*

Maria Acelrad (UFPE) – *Patrimônio Vivo: estudo comparativo das experiências de registro de Pernambuco, Ceará e Alagoas.*

Claudia Márcia Ferreira (Diretora - CNFCP) – *Patrimônio e cultura popular.*

MESA 17 (15/12/2009)

Maria Cecília Londres Fonseca (Conselho Consultivo do Iphan) – *Instrumentos de salvaguarda no plano internacional.*

Tereza Paiva Chaves (CGS – DPI/Iphan) - *Instrumentos de apoio e fomento.*

Rebecca Guidi (CNFCP-DPI/Iphan) e Elaine Monteiro (UFF) – *A experiência do plano de salvaguarda do Jongo no Sudeste.*

Guacira Waldeck (CNFCP-DPI/Iphan) – *O Programa da Sala do Artista Popular.*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Estabelecer mecanismos para a efetiva participação dos diversos atores sociais e governamentais na formulação da Política Nacional de Patrimônio Cultural.
- b. Promover a formação de uma rede de preservação e gestão do patrimônio cultural, envolvendo esses atores e estruturada a partir do compartilhamento de princípios de atuação, procedimentos, abordagens e informações.
- c. Promover o compartilhamento e o consenso em torno de prioridades e de ações de curto, médio e longo prazo.
- d. Articular políticas de diferentes setores governamentais.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Definir papéis entre os vários atores sociais e governamentais envolvidos.
- b. Acesso das bases sociais às políticas.
- c. Fortalecimento das estruturas técnico-administrativas em todos os níveis de governo.
- d. Articular e alinhar os marcos legais federais, estaduais e municipais em torno de princípios compartilhados.
- e. Descentralizar e ampliar os recursos financeiros do setor por meio da articulação de políticas públicas dos diferentes setores governamentais e da articulação de parcerias junto ao setor privado e a organizações internacionais.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Políticas públicas já existentes nos níveis federal e estadual.
- b. Capacidade de articulação do Iphan com os atores envolvidos na preservação e gestão do patrimônio cultural nas três esferas governamentais e nos diferentes níveis de atuação (estados e municípios).

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Bases normativas e regulamentares existentes no plano nacional e internacional.
- b. Existência de programas federais, estaduais e municipais de apoio à cultura.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Atores governamentais (três esferas de poder e setores de educação, trabalho, saúde, previdência e turismo, entre outros), setor privado e bases sociais detentoras dos bens culturais.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Atores governamentais (três esferas de poder), setor privado e organizações sociais.

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Sistema de avaliação e monitoramento finalizado, em uso pelo Iphan e com estratégia de difusão formulada.
- b. Integração da política de registro de bens culturais imateriais com as políticas de reconhecimento dos chamados “patrimônios vivos”.
- c. Desenvolvimento de sistema compartilhado de informações.
- d. Implantação de um sistema de comunicação ágil entre os membros da rede.
- e. Elaboração e implantação de programa de assessoramento, capacitação e apoio a organizações da sociedade.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Implantação de sistema compartilhado de informações para a gestão do patrimônio cultural imaterial.
- b. Ampliação das ações de difusão da política e dos instrumentos de

salvaguarda do patrimônio imaterial do Iphan.

- c. Socialização do sistema de avaliação e monitoramento em construção no âmbito do Iphan.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Construção de uma agenda tendo em vista a formulação da Política Nacional e a implementação do Sistema Nacional do Patrimônio.
- b. Finalização da metodologia de coleta de informações e do sistema de avaliação e monitoramento das ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
- c. Constituição de Grupo de Trabalho ou Comissão interinstitucional para discussão e elaboração de proposta de articulação de políticas públicas com a política de salvaguarda do patrimônio imaterial e para a elaboração de estratégias de captação de recursos e de novas formas de fomento à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
- d. Constituição de Grupo de Trabalho ou comissão para aprimoramento no curto prazo dos recursos de comunicação do próprio Iphan e para a elaboração de proposta de sistema de comunicação entre os membros da rede a ser implantado no médio prazo.

MESAS REDONDAS 08 e 18

Capacitação e Gestão

Coordenadores: Mesa 8: Juliana Ferreira Sorgine (Copedoc DAF/Iphan)
Mesa 18: Marcelo Brito (Assessor de Relações Internacionais - Iphan)
Relatora: Adriana Sanajotti Nakamuta (Fundação Darcy Ribeiro)

COMUNICAÇÕES

MESA 08 (14/12/2009)

Felipe Peres Calheiro (Cineasta) e Giorge Bessoni Silva (Iphan-PE) – *Formação de quilombolas em processos de auto-registro áudio-visual.*

Maria Regina Emery Quites (CECOR EBA/UFMG) – *Restauração de Bens Culturais Móveis.*

Eloísa Petti Pinheiro (Coordenadora - CECRE/UFBA) – *Preservação de Bens Culturais.*

Kátia Bogéa (Iphan-MA) – *Oficina Escola de São Luís.*

MESA 18 (15/12/2009)

Jurema Machado (Coordenadora de Cultura – UNESCO Brasil) – *Formação e Desafios da Gestão*

Cyro Corrêa (Assessor da Presidência do Iphan) – *Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio.*

Lia Motta (Copedoc DAF/Iphan) – *Avaliação do Programa de Especialização em Patrimônio Cultural do Iphan – PEP.*

Terezinha Silva (Fundarpe) – *O Programa de Especialização em Patrimônio da FUNDARPE.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com vistas a introduzir o relato das exposições e discussões acerca do tema Capacitação e Gestão: Formação Profissional em Patrimônio empreendidas no âmbito do I Fórum Nacional do Patrimônio Nacional, considerou-se relevante destacar os seguintes pontos:

1. Foi unanimemente reforçada pelo público presente a necessidade da participação multidisciplinar nos programas de formação em patrimônio, assim como na preservação do patrimônio cultural.
2. Todos os programas de formação em nível superior devem considerar e admitir as diversas áreas de formação (interessadas e necessárias) para a preservação do patrimônio cultural. Para tanto, as equipes responsáveis por esses programas também devem ser multidisciplinares.
3. As políticas de Formação Profissional em Patrimônio devem contemplar comunidades com realidades e questões específicas, abrangendo os diversos grupos formadores da sociedade brasileira e possibilitando aos mesmos a gestão dos programas e projetos de formação.
4. Há que se considerar as potencialidades das relações interministeriais para uma Política Nacional de Formação e Educação Permanente em Patrimônio, contemplando os diferentes grupos e realidades do país.
5. Cultura e Educação devem ser articuladas estrategicamente para uma política sistêmica de formação profissional em patrimônio.
6. Sobre as Oficinas Escolas, devem ser estabelecidas avaliações e projetos para a sua continuidade, assim como deve considerar pertinente o aproveitamento dos quadros técnicos especializados dos órgãos de patrimônio nas esferas municipal, estadual e federal na formação multidisciplinar dos alunos.
7. Deve ser considerada a inclusão da temática dos bens móveis e integrados na formação dos gestores a serem formados pelo Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio.
8. Por fim, todas as iniciativas apresentadas podem ser consideradas ações estratégicas, passando por momentos decisivos de definição e redefinição de papéis. Deve-se a esses casos apresentados durante o Fórum e aos debates gerados pelos mesmos, a elaboração deste documento que busca identificar e problematizar os desafios, verificar as potencialidades e, propor ações estratégicas interligadas em termos regionais, estaduais e federais.

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Avaliação dos Programas de Capacitação, Gestão e Formação em Patrimônio existentes no Brasil.
- b. Articulação entre os projetos existentes nas Universidades, ONGs, Fundações, Escolas Técnicas, Secretarias de Cultura, Instituições de Patrimônio – Municipal, Estadual e Nacional.
- c. Oferta de Programas de Capacitação, Formação e Gestão para as comunidades tradicionais e diversos grupos formadores da sociedade brasileira.
- d. Necessidade de uma articulação interministerial para a formulação de uma Política Nacional de Formação e Fomento.
- e. Articulação entre Cultura, Educação e Patrimônio – campos específicos, porém de articulação fundamental para uma Política Nacional de Formação e Educação Permanente.
- f. Estabelecimento de uma Comissão Multidisciplinar para as avaliações, o estabelecimentos de metas e ações estratégicas e a implementação de projetos pilotos em regiões que não são contempladas com Programas de Capacitação, Gestão e Formação em Patrimônio.

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Avaliação dos Programas de Capacitação, Gestão e Formação em Patrimônio existentes, com base nas experiências dos órgãos de âmbito municipal, estadual e federal.
- b. Avaliação dos Programas de Capacitação, Gestão e Formação em Patrimônio que não tiveram continuidade, com base nas experiências dos órgãos municipais, estaduais e federal.
- c. Definição dos papéis das diferentes Instituições de Patrimônio na Formação Profissional.
- d. Recenseamento dos profissionais envolvidos com o campo do patrimônio – área de atuação, área de interesse, tempo de trabalho, idade, faixa salarial, projetos executados em equipe, etc..
- e. Levantamento da demanda dos profissionais e pesquisadores do patrimônio para os cursos de formação profissional em patrimônio.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Diversidade de áreas de formação dos profissionais envolvidos com a temática do Patrimônio Cultural.
- b. Aproveitamento dos quadros técnicos especializados dos órgãos de patrimônio nas esferas municipal, estadual e federal para a formação dos participantes dos projetos de formação em patrimônio.
- c. Diversidade de experiências bem sucedidas e de amplo atendimento (considerando os níveis superior, médio e fundamental).

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Relação entre saberes técnicos e acadêmicos.
- b. Ampliação das áreas interessadas e dedicadas à pesquisa em patrimônio.
- c. Ampliação das linhas de pesquisas e temáticas relacionadas ao campo da preservação do patrimônio cultural.
- d. Ampliação do mercado de trabalho de patrimônio cultural, especialmente em concursos, projetos de restauração e prestação de serviços especializados.
- e. Ampliação dos recursos governamentais e privados para a preservação do patrimônio cultural.

5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Ministério da Ciência e Tecnologia.
- b. Ministério da Educação.
- c. Ministério do Turismo.
- d. Ministério das Cidades.
- e. Ministério da Integração Nacional.
- f. Ministério do Trabalho e Emprego – Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- g. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.
- h. Universidades Federais, Estaduais e Municipais.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Instituições de Patrimônio – nas esferas Municipal, Estadual e Nacional.
- b. Universidades que possuam linhas de pesquisas e projetos dedicados à formação e a preservação do patrimônio cultural.
- c. Fundações: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Fundação Cultural Palmares e Fundação Escola Nacional de Administração Pública.
- d. Institutos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Instituto de Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Consolidação de um Programa Nacional de Formação dentro do Sistema Nacional de Patrimônio.
- b. Formação de uma coordenação multidisciplinar para o Programa Nacional de Formação em Patrimônio.
- c. Estudo sobre a possibilidade de formação de um Sistema de Indicadores para Avaliação dos Programas de Formação em Patrimônio em âmbito nacional, adotando como referência o Sistema de Indicadores do Ministério da Cultura em parceria com o IBGE, o da Capes e do Programa de Estatística de Cultura da Unesco.
- d. Ampliação dos projetos voltados para a Formação, Gestão e Educação para o campo do Patrimônio Cultural.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Programa Nacional de Capacitação dos Profissionais do Patrimônio Cultural.
- b. Política Nacional de Formação e Educação Permanente em Patrimônio.
- c. Programa Nacional de Avaliação e Acompanhamento dos Programas de Formação, Gestão e Capacitação.

- d. Programa Nacional de Fomento à Pesquisa e a Formação para a Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO (2010)

- a. Avaliação dos Programas de Formação em Patrimônio Cultural.
- b. Avaliação dos Projetos de Capacitação dos profissionais inseridos nas Instituições de Patrimônio Cultural.
- c. Criação de uma Comissão Multidisciplinar para definição dos critérios, ações, diretrizes e metas para o estabelecimento de uma Política Nacional de Formação e Educação Permanente em Patrimônio.
- d. Publicação dos resultados avaliativos em formato de Estatísticas para a Formação em Patrimônio Cultural.
- e. Oferecer editais de pequeno porte, voltados para atender os micro-projetos de formação profissional em patrimônio.
- f. Realizar Fóruns e Conferências periódicas sobre a formação profissional e a capacitação em patrimônio, assegurando o mesmo quantitativo de representações de órgãos governamentais e sociedade civil.

MESAS REDONDAS 09 e 19

Pesquisa, Documentação e Informação

Coordenadora: Claudia Feierabend Baeta Leal (Copedoc – DAF/Iphan)

Relatora: Aline Bezerra de Menezes (Arquivo do Mosteiro de São Bento/RJ)

COMUNICAÇÕES

MESA 09 (14/12/2009)

Márcia Chuva (UNIRIO) – Interdisciplinaridade e a valorização do patrimônio cultural

Analúcia Thompson (Copedoc DAF-Iphan) – *Memória e Documentação*

Carmem Tereza Moreno (Coordenação-Geral de Processamento e Preservação de Acervos – Arquivo Nacional) – *Redes Nacionais de Informação e Patrimônio Cultural*

Márcia Rollemberg (Diretora – DAF-Iphan) – *Gestão da informação institucional*

MESA 19 (15/12/2009)

Dina Lerner (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural INEPAC-RJ) – *Um Panorama da Experiência do Estado do Rio de Janeiro*

Rafael Winter Ribeiro (UFRJ) – *Pesquisa e Delimitação de Territórios do Patrimônio*

Ítala Byanca Silva (Iphan-PA) – *Fontes Documentais e o Patrimônio Jesuítico*

Luciano Teixeira (Copedoc DAF-Iphan) – *Os Sentidos da Historiografia nas Práticas de Preservação*

1. DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. Reforçar o papel estratégico da pesquisa, da documentação e da informação na preservação e gestão do patrimônio cultural com vistas ao desenvolvimento social, econômico e cultural.
- b. Assegurar a articulação entre sociedade civil, pesquisadores e gestores do patrimônio por meio da circulação de informações qualificadas sobre os valores, significados e responsabilidades referentes à identificação, proteção e gestão do patrimônio cultural.
- c. Estimular o reconhecimento da informação como um bem público.
- d. Afirmar o que dispõe a Constituição Federal de 1988 no que diz respeito à diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira.
- e. Reforçar pesquisa, documentação e informação como atividades-fim das práticas e das políticas de preservação, entendendo que patrimonializar é por si só uma prática cultural que se caracteriza pela atribuição de valor a bens e práticas culturais.
- f. Estabelecer diretrizes e procedimentos a fim de que os cuidados e atenções para a circulação das informações estejam presentes desde a produção da documentação gerada pelos projetos de preservação do patrimônio cultural até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente).

2. DESAFIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Estruturar uma rede de pesquisadores e gestores do campo do patrimônio cultural e integrá-la ao Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.
- b. Estruturar uma rede de bibliotecas e arquivos no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio.
- c. Assegurar acesso de qualidade, tanto presencial quanto remoto, às fontes de informação do campo do patrimônio cultural, com destaque para as fontes arquivísticas e bibliográficas.
- d. Garantir atualização tecnológica, com autenticidade e segurança na geração e acesso às informações.
- e. Assegurar a integração entre licenciamentos ambientais e ações de preservação do patrimônio cultural, por meio do registro e garantia de guarda da documentação gerada e do conhecimento produzido

sobre as expressões culturais ameaçadas

- f. Buscar sintonia e adoção dos princípios do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural na gestão da pesquisa, documentação e informação.
- g. Compreender as dinâmicas de produção, uso e circulação das informações originadas no âmbito de cada ente do Sistema e organizar uma terminologia, visando ao efetivo compartilhamento das informações.

3. POTENCIALIDADES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

- a. A produção de conhecimento, a difusão da informação e o acesso à documentação qualificam as políticas e serviços públicos.
- b. A valorização das informações e documentação por meio de seu uso, seja com fins acadêmicos, administrativos, probatórios ou jurídicos.
- c. A pesquisa e a produção de conhecimento como atividades que qualificam a documentação e a informação.
- d. Qualificação da interlocução entre os diferentes atores da sociedade por meio do compartilhamento do conhecimento especializado e do acesso à documentação guardada e produzida pelas instituições de pesquisa e preservação do patrimônio cultural.
- e. Articulação entre as perspectivas locais e nacionais de preservação e valorização do patrimônio cultural por meio da pesquisa, da documentação e da difusão de informações.

4. POTENCIALIDADES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. A transversalidade inerente às ações de pesquisa, de produção documental e de difusão do conhecimento como possibilidade de um tratamento integral do patrimônio cultural e da qualificação dos profissionais – pesquisadores e gestores – do patrimônio.
- b. A multidisciplinaridade do campo da pesquisa e gestão do patrimônio cultural como marca da articulação cotidiana e sistemática entre profissionais, estimulando a integração e compartilhamento dos diversos procedimentos, metodologias e abordagens das várias disciplinas que formam o campo do patrimônio.
- c. A gestão integrada e articulada da informação com vistas à sua ampla difusão como subsídio fundamental para a tomada de

decisões institucionais.

- d. Ampliação da participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural.
- e. Visibilidade e transparência dos serviços públicos por meio do amplo acesso às informações.

5 E 6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL E PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

- a. Articulação com o Arquivo Nacional para:
 - identificação, tratamento e proteção de acervos arquivísticos públicos e privados.
 - discussão sobre diferentes mecanismos e instrumentos adequados à proteção e salvaguarda dos acervos documentais.
- b. Articulação com a Biblioteca Nacional para:
 - identificação, tratamento e proteção de acervos bibliográficos públicos e privados.
 - discussão sobre diferentes mecanismos e instrumentos adequados à proteção e salvaguarda dos acervos bibliográficos.
 - identificação, promoção e divulgação das obras sobre o patrimônio cultural depositadas nessa instituição.
- c. Articulação com bibliotecas e arquivos nos níveis estaduais e municipais.
- d. Articulação com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).
- e. Articulação com instituições de preservação do patrimônio cultural em suas diversas instâncias (municipal, estadual, federal, regional, internacional - públicas ou privadas).
- f. Articulação com instituições de preservação do meio ambiente (IBAMA, Instituto Chico Mendes).
- g. Articulação com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.
- h. Articulação com instituições de fomento e financiamento nacionais e internacionais.
- i. Criação de fóruns setoriais periódicos com os diversos parceiros.

7. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

- a. Promover o compartilhamento de experiências de pesquisa, documentação e informação relacionadas à produção de conhecimento qualificado sobre o patrimônio cultural das diversas instituições de pesquisa e preservação.
- b. Promover a sistematização do conhecimento técnico especializado no campo da preservação do patrimônio cultural.
- c. Promover a difusão e debate do conhecimento técnico.
- d. Organizar a gestão da produção editorial do campo do patrimônio cultural.
- e. Fomentar a gestão integrada, sistêmica e articulada da informação referente ao campo do patrimônio cultural.
- f. Promover a valorização dos arquivos das instituições de preservação e pesquisa do patrimônio cultural, como espaço de guarda, divulgação, acesso e fortalecimento das práticas de preservação.

8. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS (2010-2014)

- a. Organização de Fóruns Técnicos temáticos com gestores e pesquisadores do patrimônio, com vistas à difusão desse conhecimento e à formação profissional.
- b. Organização de fóruns, seminários e oficinas periódicos com metas de longo prazo com vistas ao compartilhamento de experiências de pesquisa, documentação e informação.
- c. Promoção de oficinas com a participação de estudantes e professores dos ensinos fundamental, médio e superior, além dos atores que mais usualmente têm buscado ingerência nas políticas públicas de preservação como gestores e pesquisadores, pós-graduandos e professores.
- d. Elaboração e lançamento de editais para fomento de pesquisas na área do Patrimônio Cultural, organização de acervos arquivísticos e bibliográficos e desenvolvimento de sistemas de informação.
- e. Publicação de livros, cadernos e obras de referência do campo do patrimônio cultural.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO PRÓXIMO ANO

- a. Organização de terminologia específica do campo do Patrimônio Cultural, visando ao efetivo compartilhamento das informações.
- b. Estabelecimento de diretrizes e procedimentos para a circulação das informações referentes ao Patrimônio Cultural desde sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente).
- c. Sistematização dos registros ISBN e ISSN, com vistas ao respeito aos direitos autorais, controle bibliográfico e depósito legal junto à Biblioteca Nacional.
- d. Mapeamento das instituições de preservação do Patrimônio Cultural em suas diversas instâncias (municipal, estadual, federal, regional, internacional - públicas ou privadas).
- e. Estruturação de uma rede de bibliotecas e arquivos especializados na área do Patrimônio Cultural.

MESAS REDONDAS 10 e 20

Sítios Urbanos

Coordenadora: Yole Milani Medeiros (Coordenadora Geral de Cidades Históricas do Depam/Iphan)

Relator: Flávio Carsalade (Diretor – EAUFMG)

COMUNICAÇÕES

MESA 10 (14/12/2009)

Ayleen Robainas Barcia (Oficina do Historiador - CUBA) - *Gestão Integral em Havana Velha*

George Alex da Guia (CGCH Depam/Iphan) – *Normas Urbanas*

Paulo Gabriel Soledade Nacif (Reitor – UFRB) – *A importância do campus UFRB em Cachoeira/BA para a preservação do Sítio Histórico*

MESA 20 (15/12/2009)

Fabiana de Melo Oliveira (Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo – MTur) – *A contribuição do turismo para a proposta de preservação de sítios urbanos em rede*

Anna Eliza Finger (CGCH Depam/Iphan) – *Redes de Proteção ao Patrimônio*

Ricardo Dias Ramagem (Coordenador Geral de Planos e Ações Regionais – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional) – *Planos de desenvolvimento regionais*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Algumas observações são importantes para o entendimento da metodologia da sistematização adotada:

1.1. Desafios podem se transformar em potencialidades. Não só o limite entre os conceitos é tênue, como só é possível a constatação das potencialidades a partir dos desafios colocados. Essa noção de intercambialidade e complementaridade dos conceitos é importante para que se criem ações estratégicas combinadas entre desafios e potencialidades. Assim, a classificação em um outro bloco pode ser remanejada e, de certa forma isto é feito nas seções finais que tratam de objetivos e estratégias.

1.2. Os desafios e as potencialidades aqui listados são extraídos daqueles que apareceram nas palestras individuais e que têm, ao mesmo tempo, interesse para o nosso caso.

1.3. Alguns temas e problemas foram recorrentes nas diversas intervenções e sugerem blocos de sistematização. Por exemplo, citamos duas, mais evidentes:

- Integração: a questão da integração foi recorrente, seja nas políticas, seja nos sistemas. Aí se colocam questões tais como: se a integração se daria por metas ou por programas intersetoriais, se nos territórios locais ou nas regiões e ainda: como integrar esferas e programas governamentais. Foi consenso que a integração deve ser perseguida por ser necessária e indicadora de eficiência.

- Metodologia: As questões metodológicas e conceituais, suas diferenças entre os diversos campos de atuação e setores governamentais pode impedir a integração e criar linguagens diferentes entre atores. Aí aparecem questões tais como: Com quais dados trabalhar? Como manipulá-los?

2. POLÍTICA NACIONAL: DESAFIOS

2.1. INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS

- A constatação da necessidade de uma transversalidade de temas e ação política leva ao problema da integração das políticas públicas quer no nível federal (habitacionais, PAC Ministério das Cidades e PAC Patrimônio, Integração com o Plano Nacional de Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo, ações do Ministério da Integração Regional) quer entre as entidades federativas.

- Uma visão mais abrangente e integrada de políticas pode ajudar na definição do "Re-uso" adequado de edifícios degradados e integração

de investimentos através da criação de instituições adequadas às potencialidades locais, como nos mostra o exemplo da UFRB.

- Constata-se também que mesmo as ações positivas de enriquecimento local podem apresentar aspectos negativos como impactos locais pela substituição ou de população nativa ou convívio desta com os novos moradores atraídos pelo re-uso ou o turismo predatório ou ainda impactos causados por grandes atividades econômicas como a mineração. Se por um lado a injeção de recursos e o incremento populacional pode atuar como fomentador de economias locais, por outro pode provocar problemas de ordens diferentes àqueles existentes nos locais, levando a estratégias específicas e preventivas de mitigação.

- A grande dívida social do país é também importante desafio político. Assim, as políticas devem envolver a participação popular (como garantia de legitimidade e efetividade de participação) e cuidar do empoderamento das populações de baixa renda, bem como estabelecer mecanismos adequados de participação.

- O item anterior nos remete à questão do equilíbrio político que também é um desafio a superar, como por exemplo no controle de estados e agentes que têm maior facilidade de “puxar” recursos (em detrimento de outros sem este potencial de articulação): trata-se portanto de busca de maior equilíbrio e neutralização de lobbies perversos.

- A questão da continuidade de ações também se mostrou como desafio a ser superado. Trata-se, neste caso, de se transformar “políticas de governo” em “políticas de estado” para que se superem os períodos governamentais.

2.2. METODOLÓGICOS

- A construção de sistemas nacionais exige obviamente uma abordagem sistêmica dos problemas. Assim, não há como, por exemplo, desvincular os centros históricos do restante da cidade em que se encontram e nem de se isolar as cidades das regiões. Trata-se, portanto de definir políticas não apenas para os centros históricos, mas defini-las em contextos abrangentes.

- De maneira similar, se o reconhecimento da diversidade cultural e da importância dos valores locais aparecem como fatores a serem respeitados, torna-se importante o equilíbrio político entre valores locais e valores impostos por entes maiores e externos. Da mesma maneira, uma sensibilidade para as características locais (por exemplo: reconhecimento de diferenças de estruturas fundiárias ou de limites de transformações viárias) pode levar a normas diferentes para lugares diferentes.

- Verificou-se que não há uma concordância universal e entre os diversos agentes com relação aos conceitos com que se trabalha. Conceitos como “patrimônio”, “cidade que se quer”, “desenvolvimento”, “qualidade de vida” têm diferentes acepções e diferentes significados para diferentes grupamentos técnicos e sociais. O desafio aqui é trabalhar com uma base conceitual convergente ao mesmo tempo em que se respeitem valores e diferenças locais.

- Ainda com relação à questão conceitual, discutiu-se a impropriedade de se desvincular as noções de patrimônio material e imaterial, imbricadas na realidade.

- Problema metodológico importante a ser enfrentado é com relação a uma visão imobilista das cidades e metas como objetivo a ser alcançado. Trata-se da questão entre Cidade Real x Cidade Idealizada. Esta questão metodológica ressalta a importância de se considerar não apenas a normatização, mas valorizar especialmente o monitoramento como importante fator de correção de rumos e de dinâmica dos processos. Normatizações rígidas se chocam com a dinâmica das cidades. Essa atitude pode ajudar a superar a dicotomia entre “lei” e “realidade” (leis que não “pegam”).

- Como último problema metodológico observado se apresenta a questão dos dados e de sua manipulação. Qual seria o corte ou o momento adequado para reconhecer o momento de decisão sobre processos, considerando que sempre há dados novos. Na construção de indicadores: quais são os dados adequados?

2.3. INVESTIMENTOS

- Verificou-se a necessidade de investimentos não apenas nos edifícios patrimoniais, mas especialmente nas cidades quanto à recuperação da Infra-estrutura Urbana e solução dos problemas crônicos das cidades (mobilidade urbana, crescimento desordenado, etc.).

De maneira complementar apresentou-se como importante desafio metodológico o correto equilíbrio entre investimentos na propriedade privada e em áreas públicas.

2.4. GESTÃO

- A separação entre normatização e gestão se apresentou ineficaz, devendo haver compatibilidade entre elas, até mesmo para garantir a exequibilidade das normas.

- O distanciamento entre os órgãos e agentes de proteção e desenvolvimento não é um desafio novo. Novamente ele aparece nas falas e sugere estratégias de aproximação entre sujeito e objeto

de proteção, inclusive como formas de redução do preconceito contra o tombamento e mostrar o patrimônio como valor e fator de desenvolvimento sócio-econômico de fato.

- Na questão da gestão, inclusive a partir da preocupação com a mitigação dos impactos negativos citados acima, reforçou-se a necessidade de dar um caráter sustentável na geração de negócios envolvendo os sítios urbanos.
- A participação, popular anteriormente citada associada a uma boa gestão entre os múltiplos agentes efetivamente envolvidos para a consecução de metas e estratégias leva à necessidade de se fortalecer conhecimento mútuo para formar boas redes, além do entendimento entre eles de forma a criar ações e metas compartilhadas, na construção de um verdadeiro “pacto civilizatório”.
- Uma reestruturação ou um entendimento mais claro das responsabilidades do pacto federativo e, nele, de cada entidade e sociedade torna-se importante inclusive para superar a usual transferência de responsabilidade para o Iphan nas áreas por ele protegidas.

2.5. CRÔNICOS

Alguns problemas crônicos brasileiros foram lembrados como desafios a serem superados e que tem forte impacto nos sítios urbanos. São eles:

- Resistência á pressão econômica descaracterizadora e aos efeitos perversos da globalização.
- Redução das desigualdades regionais / sociais e inclusão social.

3. SISTEMA NACIONAL: DESAFIOS

3.1. INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS

- Um dos desafios que aparece com mais freqüência é a questão da concertação e sinergia dos agentes. Até porque muitas vezes diferentes programas governamentais são convergentes em um mesmo objeto e território, mas envolvem agentes diferentes ou ainda porque existem problemas na permeabilidade das ações. Questões como essa têm que ser resolvidas também sistematicamente.
- Corolário do problema anterior ou talvez até causa dele é a dificuldade de Integração entre sistemas nacionais gerando políticas não isoladas entre si , bem como não isolamento entre esferas administrativas, entes federados e programas diversos. As apresentações mostraram boas experiências nesse sentido que podem ser aproveitadas para a

construção de métodos mais eficazes como a ação conjunta já iniciada ente cultura e turismo no Plano Mar de Cultura de Paraty. Note-se que este é um desafio que aparece tanto neste campo do Sistema quanto no campo da Política.

- O problema da descentralização de recursos e decisões e o equilíbrio entre centralização e descentralização é também problema recorrente na medida em que o usuário finalista das ações e investimentos é o nível local. Ações como maior participação popular e adequados controle e organização dos fundos podem ajudar neste sentido, incrementados por um processo de integração entre decisões dos diversos fundos como os Fundos do patrimônio e o FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional).

3.2. METODOLÓGICOS

- Diferentes categorizações e classificações entre bens patrimoniais (dentro do sistema do patrimônio) e entre bens focos de políticas públicas (entre diversos sistemas de outros ministérios) acabam por confundir as ações e muitas vezes tornar inelegíveis certos bens por inadequação a classificações de elegibilidade para investimentos. Torna-se necessário se não uma uniformização de nomenclatura entre os diversos órgãos, pelo menos o estabelecimento de critérios de intercambialidade. Diferença de escalas entre cidades e entre bens culturais são parâmetros claros da impossibilidade de ações universais. Nesse sentido há que se ter a um só tempo sensibilidade para os valores e características locais conforme já mencionado anteriormente neste relatório e, simultaneamente, estabelecer regras que tenham sentido mais geral. O equilíbrio entre as duas ações é a dificuldade metodológica neste caso.

3.3. Também como corolários da questão anterior há que se desenvolver necessário senso crítico para se evitar “pasteurização” de soluções com normas iguais ou gerais indistintamente aplicadas a casos diferentes ou ainda se superar práticas “naturais” ou soluções padrão repetidas de forma pouco crítica.

4. POLÍTICA NACIONAL: POTENCIALIDADES

4.1. INTEGRAÇÃO

- As diversas ações realizadas por diferentes programas costumam ter um efeito “dominó” nos locais onde se aplica e nas regiões circunvizinhas com impactos positivos muitas vezes inesperados.

- O reconhecimento e incorporação desses benefícios deve ser alvo de

atenção para sua ampliação e por sua exemplaridade.

- A riqueza cultural local (ex. Exu, terra de Luiz Gonzaga e Assaré, terra de Patativa de Assaré) deve ser pesquisada e coerentemente utilizada como potencial agregador de riquezas e programas.

4.2. METODOLÓGICAS

- Normatização entendida também como deflagadora de processos e instituição de círculos virtuosos. Normatizações não são apenas restritivas, mas podem ser também incentivadoras.

- Por outro lado, a normatização pode ajudar integração de sistemas que imbuída de uma visão sistêmica regional e sensível para as diferenças urbanas.

4.3. FORMAÇÃO

- Vários programas incluem ações de formação técnica. Muitas dessas experiências apontam para a utilização do momento da formação como oportunidade de geração de renda e inclusão social.

4.4. CIRCUNSTANCIAIS

- As diversas apresentações ressaltaram alguns aspectos circunstanciais que podem ser capitalizados como potencial para as ações futuras. São eles:

- Bom momento econômico vivido pelo país.
- Política do Iphan de integração das políticas de patrimônio e desenvolvimento urbano.
- Sistema existente já trabalha com a noção de inserção em contexto e de redes.
- Dados existentes permitem combinação de itens para formação de estratégias.
- Investimentos em grandes obras de infra-estrutura regional.
- Aumento do interesse turístico pelas culturas locais.
- Experiências exitosas.
- Apoio do MI a planos de desenvolvimento macro-regionais.

5. SISTEMA NACIONAL: POTENCIALIDADES

5.1. INTEGRAÇÃO

- Disposição e consciência dos órgãos quanto aos benefícios e necessidades de ações de integração.
- Prática do incipiente sistema nacional de patrimônio (ainda que não completamente configurado como tal) de trabalhos em rede e parcerias.

5.2. METODOLÓGICOS

- Percebeu-se que a base territorial pode ser talvez o elemento indutor de convergência das ações sistêmicas. Tal constatação parte do entendimento e incorporação do conceito de “território” como unidade de planejamento para vários órgãos nacionais e municipais e na constatação de que é no nível local que as ações efetivamente ocorrem. É importante, no entanto, a par da valorização do “território local” como unidade de exame, o seu entendimento sempre relacionado sistemicamente com a esfera territorial seguinte. As apresentações mostraram também que é possível extrair estratégias de estudos amplos realizados baseados em uma abordagem múltipla a partir do território: processos econômicos, eventos históricos, ocupação territorial, história do território, tradições culturais. A abordagem territorial aponta para a necessidade de se bem usar a realidade dos diferentes contextos.
- No entanto, mesmo dentro do território, deve-se procurar o entendimento de qual a chave metodológica seria adequada para promoção de integração: “unidades de paisagem”? Roteiros turísticos? Micro-regiões?
- A questão prática territorial sugere também o protagonismo do planejamento e das ações consorciadas como, utilizando uma estratégia do Ministério da Integração, transformar aglomerados de produção em Arranjos Produtivos Locais (APL)

6.POLÍTICA NACIONAL: PARCERIAS

As parcerias políticas podem ser agrupadas em diferentes níveis:

6.1. PARCERIAS INTERNACIONAIS

Importantes não apenas para financiamento e suporte técnico, mas também para agregar legitimidade, reconhecimento e visibilidade:

- UNESCO.
- PNUD .
- AECID.

6.2. PARCERIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS

- Importantes não apenas para se evitar duplicidade e desperdício de recursos, mas também para uma formulação mais correta e abrangente dos diversos programas:
- Outros parceiros que não aqueles tradicionalmente ligados ao sistema da cultura (Turismo, Integração Regional).
- Parceria integrada entre os diversos fundos e programas públicos, conforme já identificado anteriormente neste relatório.

6.3. PARCERIAS ENTRE ENTES FEDERATIVOS

Importante para ações concorrentes e garantia de permeabilidade para usuário final:

- Federação.
- Estados.
- Municípios.

6.4. PARCERIAS COM SOCIEDADE CIVIL

- Movimentos organizados da Sociedade Civil.
- Empresas investidoras: mecenas ou ainda com interesses econômicos nos processos de recuperação dos sítios urbanos.
- Geradores de emprego e renda.
- Universidades e seu potencial instalado.
- Técnicos interessados no aumento de mercado a partir da necessidade do conhecimento especializado qualificador.

7. SISTEMA NACIONAL: PARCERIAS

- Com relação às parcerias para o sistema nacional, identificaram-se os mesmos parceiros listados para as políticas nacionais, adicionando-se, neste item, a necessidade de entender a sua cooperação de forma sistêmica e integrada aos diversos programas existentes.

8. OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

- O grande objetivo para os próximos dois anos, extraído das apresentações do Grupo, parece ser a consolidação do Sistema Nacional do Patrimônio através das seguintes ações, no âmbito dos sítios urbanos:

- Integração dos entes federados.
- Criação de objetivos e metas comuns entre eles.
- Definição do funcionamento do sistema com clareza dos papéis dos diversos membros componentes do sistema.
- Identificação das realidades e das demandas locais dos diferentes sítios.

9. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

- Transformação de políticas de governo em políticas públicas.
- Integração sistemática de ações governamentais.
- Criação e implementação dos pactos civilizatórios locais.
- Continuidade de programas e fontes de financiamento para os sítios urbanos.
- Permeabilização e efetivação da chegada dos recursos aos níveis locais.
- Capacitação das prefeituras e reforço da capacidade local de produção e ação.
- Criação de “círculos virtuosos” e difusão de experiências exitosas.
- Reforço das ações de desenvolvimento institucional do Iphan.

10. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O PRÓXIMO ANO

- Definição do modelo de funcionamento do Sistema Nacional de Patrimônio.
- Construção de pontes e convergências entre os diferentes programas nacionais.
- Superação de “desentendimentos” conceituais e legais.
- Definição de metodologia de trato com o problema da integração em rede dos sítios históricos e dos modelos de abordagem entre realidades diferenciadas.
- Criação e “azeitamento” de mecanismos de participação popular e dos municípios no sistema.
- Identificação das ameaças e oportunidades causadas pelos diversos programas e sua integração em estratégias convergentes.
- Identificação de agentes e parceiros.
- Elaboração de planejamento estratégico para o setor incorporando sugestões deste Fórum.

Fórum Nacional do Patrimônio Cultural
<http://www.iphan.gov.br/forumnacional>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<http://www.iphan.gov.br>

Ministério da Cultura
<http://www.cultura.gov.br>

Parceria:

Associação
Brasileira das
Cidades Históricas

Fórum Nacional dos
Secretários e Dirigentes
Estaduais de Cultura

Realização:

SISTEMA NACIONAL DO
PATRIMÔNIO CULTURAL



**Ministério
da Cultura**

